



**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br)

**EDITAL**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO n. 43/2023**

**CRITÉRIO MENOR PREÇO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA OBJETO E SERVIÇOS  
SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

<b>PROCESSO:</b>	STJ 43784/2022
<b>OBJETO:</b>	Contratação de seguro total para 105 veículos da frota do STJ.
<b>TIPO DE LICITAÇÃO:</b>	Menor Preço Global
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	Aberto e Fechado
<b>DIFERENCIAÇÃO E BENEFÍCIOS:</b>	Ampla participação de empresas
<b>VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO:</b>	R\$ 89.768,84 (oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos)
<b>ABERTURA DA SESSÃO:</b>	Data: 27/06/2023  Hora: 09h00  Local: <a href="http://portal.compras.gov.br">Portal de Compras do Governo Federal</a>
<b>TELEFONE:</b>	(61) 3319-9027
<b>E-MAIL:</b>	<a href="mailto:coli@stj.jus.br">coli@stj.jus.br</a>

# SUMÁRIO

1	DO OBJETO
2	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
3	DO CREDENCIAMENTO E DAS ATRIBUIÇÕES
4	DA VISTORIA
5	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
6	DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
7	DO INÍCIO DA FASE COMPETITIVA
8	DO ENVIO DA PROPOSTA CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR
9	DO JULGAMENTO DA PROPOSTA
10	DA FASE DE HABILITAÇÃO
11	DOS RECURSOS
12	DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO
13	DA CONTRATAÇÃO
14	DAS PENALIDADES
15	DO RECEBIMENTO DO OBJETO
16	DA LIQUIDAÇÃO, DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO
17	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
18	DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, DA IMPUGNAÇÃO E DA MODIFICAÇÃO DO EDITAL
19	DO CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)
20	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

## ANEXO

I	TERMO DE REFERÊNCIA
II	ESTIMATIVA DE PREÇOS
III	MINUTA DE CONTRATO
IV	DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA E DE NEPOTISMO

# EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

## Menor Preço Global

## Modo de disputa Aberto e Fechado

O Superior Tribunal de Justiça, por intermédio do agente de contratação, designado pela Portaria STJ/GDG n. 264, de 27 de março de 2023, torna público, para ciência dos interessados, que **às 09h00min, hora de Brasília, do dia 27 de junho de 2023**, por meio do endereço eletrônico [Portal de Compras do Governo Federal](#) ou, caso não haja expediente nesta data, no primeiro dia útil subsequente, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO do tipo Menor Preço Global, no modo de disputa aberto e fechado, utilizando os recursos de tecnologia da informação - Internet. O procedimento licitatório, conforme o caso, obedecerá às disposições contidas Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, na Instrução Normativa Seges/ME n. 73, de 30 de setembro de 2022, e às condições e exigências estabelecidas neste edital.

## 1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de seguro total para 105 veículos da frota do STJ, conforme especificação do objeto constante do Termo de Referência, [ANEXO I](#) deste Edital.
- 1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sítio do [Portal de Compras do Governo Federal](#) e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. A sessão desta licitação ocorrerá à distância, em sessão pública, e iniciará com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial da União, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, em jornal de grande circulação e no sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça e realizada em conformidade com este edital na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

- 2.2. Poderão participar desta licitação todas as empresas que atendam às condições deste edital e seus anexos e que estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Gestão - Seges do Ministério da Economia, por meio do sítio do [Portal de Compras do Governo Federal](#), para acesso ao sistema eletrônico.
- 2.3. A licitação, na forma eletrônica, será conduzido pelo Superior Tribunal de Justiça com apoio técnico e operacional da Seges, que atuará como órgão provedor do Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico do [Portal de Compras do Governo Federal](#), oferecendo recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame, conforme estabelecido no inciso I do art. 13 da Instrução Normativa Seges/ME n. 73/2022.
- 2.4. Como condição para participação nesta licitação, o licitante prestará as seguintes declarações em campo próprio do sistema eletrônico:
- 2.4.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 2.4.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, na hipótese de o licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado pelo art. 1º do Decreto n. 8.538/2015;
- 2.4.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 2.4.4. que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 2.4.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa Seges/MP n. 5/2017;
- 2.4.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

2.4.7. que os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos previsto em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n. 8.213/1991;

2.4.8. que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;

2.4.9. que está ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

2.5. A declaração falsa relativa à proposta de preços, às condições de participação e ao cumprimento de qualquer condição deste edital sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2022 e nas demais cominações legais.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

a. o agente público do Tribunal, que, por nomeação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, quando configurado o conflito de interesses no exercício do cargo, ou após esse, nos termos da Lei n. 12.813, de 16 de maio de 2013;

a.1. A vedação de que trata a alínea acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

b. a pessoa jurídica, que, ao tempo do certame, esteja impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, por exemplo:

b.1. as empresas impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do inciso III e § 4º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;

b.2. as empresas declaradas inidôneas, nos termos do inciso III e §5º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;

b.3. as empresas impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e do art. 49 do Decreto n. 10.024/2019;

- b.4. as empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com o STJ, com fundamento no art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993.
- c. autor do anteprojeto, do projeto básico/termo de referência ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - c.1. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem a alínea acima poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
  - c.2. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- d. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- e. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- f. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g. empresas reunidas em consórcio;
- h. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- i. instituições sem fins lucrativos, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei n. 9.637/1998, exceto se o objeto desta licitação se inserir entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão n. 1.406/2017- TCU-Plenário).
  - i.1. Para a comprovar a exceção, o licitante deverá apresentar cópia do contrato de gestão e dos respectivos atos constitutivos.

2.7. O impedimento de que trata a alínea [b](#) do item [2.6](#) será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar desta licitação desde que:

- a. a constituição e o funcionamento da cooperativa observem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei n. 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar n. 130, de 17 de abril de 2009;
- b. a cooperativa apresente demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- c. qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- d. o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei n. 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

2.9. Os documentos desta licitação deverão:

- a. estar em nome do licitante, preferencialmente com o número do CNPJ (MF) e endereço respectivos, observado o seguinte:
  - a.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
  - a.2. se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial;
    - a.2.1. na hipótese de filial, podem ser apresentados documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da matriz;

- a.3. os atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.
- b. estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;
- c. ser apresentados em original, por cópia ou em formato nato-digital;
- d. quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre;
- d.1. na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;
- d.2. aplica-se, no que couber, o disposto nos itens anteriores no caso de documentos apresentados em outros idiomas por licitantes nacionais;

2.10. Excetua-se do disposto na alínea "a" do item [2.9](#), o seguinte:

- 2.10.1. a certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à dívida ativa da União - DAU por elas administrados e do certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, que deverá ser da matriz da pessoa jurídica;
- 2.10.2. a certidão de falência/recuperação judicial e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT que deverá ser da matriz (sede) da pessoa jurídica;
- 2.10.3. os demais documentos de habilitação que, pela própria natureza, comprovadamente possam ser emitidos de forma centralizada, em nome da matriz (sede) e filial, da pessoa jurídica;
- 2.11. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, os documentos expedidos nos últimos seis meses que antecederem à data da sessão deste certame serão considerados válidos.



### **3. DO CREDENCIAMENTO E DAS ATRIBUIÇÕES**

- 3.1. A participação nesta licitação requer o credenciamento do licitante e sua manutenção, que dependerão de registro prévio e atualizado no Sicaf, conforme disposto no inciso I do art. 13 da Instrução Normativa n. 73/2022, c/c o § 3º do art. 87 da Lei n. 14.133/2021.
- 3.2. O credenciamento no Sicaf permitirá a participação dos interessados na licitação, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro tiver sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.
- 3.3. O licitante deverá credenciar-se previamente no Sicaf, no sítio do [Portal de Compras do Governo Federal](#), observados os seguintes aspectos:
- a. remeter, exclusivamente via sistema, a proposta com o preço, até a data e hora marcadas para abertura da sessão;
  - b. responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do Superior Tribunal de Justiça por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
  - c. acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
  - d. comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

### **4. DA VISTORIA**

- 4.1. As empresas participantes poderão vistoriar os veículos relacionados no Anexo do Termo de Referência, a partir da publicação do edital até um dia útil antes da abertura do certame, no horário das 8h às 18h, em dias úteis, nos seguintes endereços:

- 4.1.1. Brasília - SAFS, Quadra 06, Lote 01, Edifício Ministros II - Sede do STJ. Fone: (61) 3319-7032 ou 3319-7494; e SGON Quadra 02 Lote 10/20 (3319-7767 ou 3319-7768);
- 4.1.2. Rio de Janeiro - Rua Acre nº 80, Centro, Edifício do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Sala 704. Fone (21) 3261-8057 / 8651; e
- 4.1.3. São Paulo - Avenida Paulista nº 1.682, 11º andar, Fórum Ministro Pedro Lessa. Fone (11) 2172-4382.
- 4.2. Qualquer aumento de custo advindo do desconhecimento das condições de execução do objeto será responsabilidade do licitante vencedor, independentemente de ter realizado ou não a vistoria.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Após a divulgação do edital de licitação, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 5.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.4.1. Serão disponibilizados, para acesso público, os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.5. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, quando do cadastramento da proposta, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

- a. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
  - b. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea [a](#).
- 5.6. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 5.7. O valor final mínimo parametrizado na forma do item [5.5](#) possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o STJ, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 6.1. A partir do horário previsto neste edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.
- 6.2. A comunicação entre o agente de contratação e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

## **7. DO INÍCIO DA FASE COMPETITIVA**

- 7.1. Iniciada a fase competitiva, observado o modo de disputa adotado neste edital, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.2. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do respectivo valor consignado no registro.
- 7.3. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:
- a. os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital;

b. o licitante somente poderá oferecer lance de valor igual ou inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.4. Durante a sessão pública deste certame, os licitantes serão informados em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor.

7.4.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.5. Será adotado o envio de lances no modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.6. A etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.

7.7. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.8. Após a etapa de que trata o item acima, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas subsequentes com valores até 10% superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.9. No procedimento de que trata o item acima, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.10. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item [7.8](#), os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no item [7.9](#).

7.11. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens acima, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente.

7.12. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.13. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.14. Não havendo envio de lances após o início da fase competitiva, remanescendo somente as propostas iniciais, os critérios de desempate serão aplicados da seguinte forma:

- a. observância dos critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e no art. 5º do Decreto n. 8.538/2015, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese; e
- b. persistindo o empate, será assegurada preferência, conforme disposto no §1º do art. 60 da Lei n. 14.133/2021, desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema.

## **8. DO ENVIO DA PROPOSTA CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR**

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado os critérios de inexequibilidade da proposta, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

8.2. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.4. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos neste edital.

- 8.5. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 8.6. A proposta adequada ao último lance após negociação do licitante provisoriamente vencedor deverá ser encaminhada no prazo de duas horas, a contar da solicitação do agente de contratação no sistema eletrônico, podendo esse prazo ser prorrogado pelo agente de contratação de ofício ou mediante solicitação escrita e justificada do licitante.
- 8.7. Observado o prazo de que trata o item acima, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, solicitará, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.
- 8.8. Deverá a proposta:
- a. apresentar a identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e indicação de endereço eletrônico (e-mail);
  - b. ter indicação única de preço para o item, em moeda nacional, com exibição do valor unitário e total em algarismos e o valor total da proposta em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme preços praticados no mercado, devidamente ajustada ao lance vencedor, com base no formato da estimativa de preço, [ANEXO II](#) deste edital;
  - b.1. No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.
- 8.9. O preço proposto no lance final será fixo e irrevogável e nele deverão estar incluídos os tributos, fretes e demais encargos.
- 8.10. Além dos requisitos previstos no item [8.8](#), a proposta de preços a ser encaminhada, independente da fase em que estiver, deverá conter:
- a. a descrição clara do item cotado, com indicação da quantidade, da marca, do prêmio e do modelo, de acordo com as especificações constantes no termo de referência, [ANEXO I](#) deste edital;

- b. prazo de emissão e disponibilização da apólice de seguro em meios eletrônicos de, no máximo, quinze dias consecutivos, contados da assinatura do contrato;
- b.1. os cartões do seguro deverão ser enviados ao Superior Tribunal de Justiça - Seção de Atendimento de Veículos Leves - SATEV (telefone - 61 3319-7032), no horário das 08h às 19h, em dias úteis, no seguinte endereço: Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Trecho III, CEP 70095-900, Brasília-DF.
- c. prazo de indenização dos prejuízos resultantes de riscos cobertos pelas garantias ajustadas para pessoas e veículos, em no máximo, de trinta dias consecutivos, contados da entrega de toda a documentação exigida pela Licitante;
- d. o prazo de validade da proposta não inferior a sessenta dias, contado da data da sessão pública de recebimento da proposta de preços.
- 8.11. No caso de os prazos de emissão e disponibilização da apólice de seguro, de indenização dos prejuízos e de validade da proposta serem omitidos na proposta, o agente de contratação entenderá como sendo iguais aos previstos, respectivamente, no subitem [8.10](#) alíneas "[b](#)", "[c](#)" e "[d](#)".
- 8.12. O Licitante deverá considerar uma classe de bônus superior à atual, conforme consta do [ANEXO II](#) deste Edital, para efeito de elaboração de proposta de preço.
- 8.13. As bonificações atuais estão listadas no [ANEXO II](#) deste Edital.
- 8.14. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder os limites máximos estabelecidos na tabela do ANEXO II deste Edital.
- 8.15. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca do licitante.
- 8.16. O licitante fica obrigado a indicar o CNPJ da unidade empresarial responsável pela execução do objeto da contratação (matriz ou filial).
- 8.17. O agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos

8.18. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

- a. não atenderem às exigências deste edital;
- b. apresentarem valores unitário e total, após a fase de lances e ou negociação, superiores aos constantes da estimativa de preço, [ANEXO II](#) deste edital.
- c. contiverem vícios insanáveis;
- d. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- e. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- f. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;
- g. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.19. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.20. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

a. consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

a.1. a inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da proposta não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais;

b. valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado neste edital são indícios de inexequibilidade da proposta.

c. a inexequibilidade, na hipótese de que trata a alínea [a](#) só será considerada após diligência do agente de contratação, conforme o § 2º do art. 59 da Lei n. 14.133/2021, que comprove que o



custo do licitante ultrapassa o valor da proposta ou que inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

d. na diligência, o agente de contratação poderá adotar, entre outros, os seguintes procedimentos:

d.1. questionamentos à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

d.2. verificação dos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho apresentados pela licitante;

d.3. levantamento de informações complementares trabalhistas, tais como consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos, órgãos de pesquisa ou similares;

d.4. pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas, e, quando possível, de outros contratos que o proponente mantenha com a administração pública ou com a iniciativa privada;

d.5. pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados e verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

d.6. estudos setoriais;

d.7. consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

d.8. análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

8.21. Erros no preenchimento da proposta não são motivos suficientes para a sua desclassificação, quando esta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

8.21.1. O agente de contratação poderá, no julgamento das propostas, sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada.

- 8.21.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento da proposta e dos documentos de habilitação, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.22. O agente de contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica, de controle interno ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.
- 8.23. Após a verificação de conformidade da proposta de que trata o item [8.1](#), o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, verificará a documentação de habilitação do licitante conforme disposições dispostas neste edital.

## **9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

- 9.1. Encerrada a etapa de negociação e como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, transcritos no capítulo [2](#) deste edital, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf;
- 9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);
- 9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 9.1.4. Cadastro de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:1:7773445723898>).
- 9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de

contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3. Caso o sistema informe a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas envolvidas, conforme o *caput* do art. 29 da IN Seges/MP n. 3/2018.

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, entre outros critérios motivados pelo agente de contratação.

9.4. Constatada a existência de sanção impeditiva da participação no certame, o agente de contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência de empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.7. O agente de contratação ou a autoridade superior poderão promover diligências, no julgamento da habilitação e das propostas, destinadas a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirão validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, fixando prazos para atendimento, observado o disposto na Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

9.7.1. Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item [9.7](#), a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.8. O agente de contratação ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

10.1. Para habilitação, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.

- 10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 10.1.2. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.1.3. Os documentos que não estejam contemplados no Sicaf, e que não possam ser extraídos nos sítios eletrônicos de que trata o item [10.1.2](#), serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo agente de contratação, até a conclusão da fase de habilitação.
- 10.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, nos termos do inciso II do art. 63 da Lei n. 14.133/2021.
- 10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa Seges/MP n. 3/2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 10.2.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 10.3. Ressalvado o disposto do item [10.1](#), os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- a. quanto à habilitação jurídica, conforme o caso:
- a.1. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- a.2. sociedades empresariais: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

- a.3. sociedade limitada unipessoal - SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.4. microempreendedor individual - MEI: certificado da condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- a.5. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. 77, de 18 de março de 2020;
- a.6. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.7. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;
- a.8. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- a.9. agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, § 2º, do Decreto n. 10.880, de 2 de dezembro de 2021;
- a.10. produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009.
- b. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante;

- b.1. A apresentação da certidão de acolhimento ou de homologação do plano de recuperação não obsta ao agente de contratação ou à comissão de licitação realizar diligências com a finalidade de aferir a capacidade econômico-financeira do licitante.
- c. Declaração de Composição Societária, conforme [ANEXO IV](#) deste Edital;
- d. a regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- d.1. Durante o certame, a depender do objeto, será também verificada a prova de regularidade com a Fazenda estadual/distrital ou municipal/distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- d.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual/distrital ou municipal/distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- d.3. A prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal e a prova de regularidade fiscal correspondente levará em conta a natureza da atividade objeto da contratação e o âmbito da tributação sobre ele incidente: tratando-se de serviços em geral, incide o ISS, tributo de competência municipal, ao passo que, para aquisições incide o ICMS, tributo de competência estadual.
- e. a regularidade do licitante perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- f. a regularidade do licitante referente a débitos trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT);
- g. Certidões ou atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/21, mediante a comprovação de experiência mínima de cobertura securitária total de 52 (cinquenta e dois) veículos de frota, podendo ser aceito o somatório de atestados;

- g.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, entre outros documentos.
- h. Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que comprove que o licitante está autorizado a operar no mercado segurador brasileiro, conforme estabelecido no Decreto nº 60.459/67, cujo documento poderá ser obtido pelo agente de contratação, gratuitamente, por meio do sítio eletrônico da SUSEP (Emissão de Certidões).
- 10.4. O licitante que apresentar documentação em desacordo com este edital será inabilitado.
- 10.5. Conforme regem os arts. 42 e 43 da Lei Complementar n. 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião de participação do certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 10.5.1. Será consultado o portal da transparência do Governo Federal, para verificação do faturamento máximo disposto na Lei Complementar n. 123/2006, em observância do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida legislação a ser atribuído aos licitantes declarados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 10.5.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da contratação, prorrogável por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 10.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.
- 10.7. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos.
- 10.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a dez minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 11.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso
- 11.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.5. O agente de contratação poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de três dias úteis ou encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de dez dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

- 12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento.
- 12.1.1. Será declarado vencedor o licitante que apresentar o Menor Preço Global, e que cumprir todos os requisitos de habilitação.



### 13. DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor com base nos dispositivos da Lei n. 14.133/2021.
- 13.2. O prazo para assinatura do contrato será de cinco dias úteis, após regular convocação pelo STJ, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, conforme o art. 90 da Lei n. 14.133/2021.
- 13.2.1. Durante o prazo indicado no item anterior, será realizado o relatório de impacto de proteção de dados previamente ao contrato, com observância do princípio da transparência.
- 13.2.2. O prazo de convocação para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo STJ.
- 13.3. As exigências do fornecimento, dos prazos, da validade e/ou da garantia, bem como as demais condições constam do instrumento contratual a ser celebrado com o proponente vencedor, conforme Minuta de Contrato, [ANEXO III](#) deste Edital.
- 13.4. O licitante vencedor deverá apresentar à Seção de Formalização de Contratos e Acordos deste órgão, situada no SAF/Sul, quadra 6, lote 1, bloco "F", 1º andar, ala "A", Brasília - DF, no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da publicação do resultado de julgamento, a documentação necessária à formalização do contrato.
- 13.5. Além das condições previstas no item [13.4](#), na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 13.6. A CONTRATADA poderá solicitar alteração do CNPJ do estabelecimento responsável pela execução do objeto da contratação e da respectiva cobrança de pagamento (matriz ou filial) mediante prévia justificativa documental reconhecida pela Administração.
- 13.6.1. Na hipótese do item [13.6](#), os valores ajustados no contrato poderão ser revisados para corrigir eventual repercussão fiscal e tributária que proporcione ganho ou compensação a favor da CONTRATADA.

13.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação e a formação do cadastro reserva, se for o caso, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou aceitar a nota de empenho, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital.

13.8. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.8.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.8.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

13.8.2.1. O disposto no item acima não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea [a](#) do item [13.8.1](#).

13.9. Será consultada a situação do licitante vencedor no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, nos termos do art. 6º, III, da Lei n. 10.522/2002.

13.9.1. Os inscritos no referido cadastro não estão impedidos de contratar com o Tribunal apenas por este motivo.

13.10. O STJ verificará a regularidade fiscal do contratado e consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) sendo emitidas as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas, que serão juntadas no respectivo processo.

## **14. DAS PENALIDADES**

14.1. O licitante ou a CONTRATADA serão responsabilizados, nos termos da Lei n. 14.133/2021, pelo cometimento das seguintes infrações administrativas, observados os procedimentos estabelecidos na [Instrução Normativa STJ/GDG n. 10 de abril de 2023](#):

14.1.1. Comete infração administrativa o LICITANTE que, com dolo ou culpa:

a. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

b. não mantiver a proposta, em especial quando:

b.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

b.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

b.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

c. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar, ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;

d. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

e. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

f. fraudar a licitação;

g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

g.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

g.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

g.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

g.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

g.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

14.1.2. As infrações descritas nas alíneas [a](#) e [b](#) do item [14.1.1](#) podem ser relevadas em decorrência de fato devidamente justificado.

14.1.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, descrita na alínea [c](#) do item [14.1.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do STJ, caso exigida.

14.1.4. A administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a. advertência, aplicada como instrumento de correção de conduta acessória, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b. multa de 15% do valor estimado para a licitação para as infrações previstas nas alíneas [a](#) , [b](#) , [c](#) e [d](#) do [14.1.1](#);

c. impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas [a](#) , [b](#) , [c](#) e [d](#) do item [14.1.1](#), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas [e](#) , [f](#) , [g](#) do item [14.1.1](#), bem como nas alíneas [c](#) e [d](#) que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

14.1.5. As infrações e sanções administrativas relacionadas ao contrato estão previstas no [ANEXO III](#) deste edital.

14.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - o direito ao contraditório e à ampla defesa;

II - os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da vedação ao *bis in idem*;

III - as causas excludentes de culpabilidade;

IV - a natureza e a gravidade da infração cometida;

V - as peculiaridades do caso concreto;

VI - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

V - os danos que dela provierem para o Tribunal;

VI - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VII - o custo e benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.

14.1.6.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.1.6.2. As penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133/2021 e são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/2021.

14.1.6.3. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de quinze dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.1.6.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente pela licitante/adjudicatária no prazo máximo de dez dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.1.6.5. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados, e realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou à contratada, observando-se a [Instrução Normativa STJ/GDG n. 10 de abril de 2023](#).

## **15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

15.1. A apólice de seguro deverá ser emitida e disponibilizada ao CONTRATANTE, em meios eletrônicos, no prazo máximo de quinze dias consecutivos, contados da assinatura do contrato, devendo os cartões do seguro serem enviados ao Superior Tribunal de Justiça - Seção de Atendimento de Veículos Leves - SATEV (telefone - 61 33197032), no horário das 08h às 19h, em dias úteis, no seguinte endereço: Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Trecho III, CEP 70095-900, Brasília-DF.

15.2. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos na [CLÁUSULA QUINTA](#) do [ANEXO III](#), nos termos no disposto no § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

## **16. DA LIQUIDAÇÃO, DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO**

16.1. Antes da emissão do documento de cobrança, devem ser observados os prazos e as regras para o faturamento, liquidação e pagamento dispostas na [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA](#) do [ANEXO III](#).

## **17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados ao Superior Tribunal de Justiça no Orçamento Geral da União.

17.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 50001;
- II. Fonte de Recursos: 100;
- III. Programa de Trabalho: 02.061.0033.4236.0001;
- IV. Elemento de Despesa: 33.90.39

17.2. A existência de créditos orçamentários vinculados à contratação será atestada pelo STJ a cada exercício financeiro.

## **18. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, DA IMPUGNAÇÃO E DA MODIFICAÇÃO DO EDITAL**

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até três dias úteis antes da data de abertura do certame.

18.1.1. Os pedidos relativos ao edital e seus anexos deverão ser enviados ao agente de contratação exclusivamente no endereço eletrônico [coli@stj.jus.br](mailto:coli@stj.jus.br), devendo ser comprovado o recebimento por meio do telefone (61) 3319-9027.

18.1.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.2. O agente de contratação poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pelas condições previstas neste edital e em seus anexos.

18.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

18.4. Eventuais modificações no edital serão divulgadas na mesma forma de sua divulgação inicial cumprido os mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## **19. DO CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)**

- 19.1. A assinatura eletrônica de contratos administrativos e de instrumentos congêneres foi instituída pela [Instrução Normativa STJ/GDG n. 6 de 13 de julho de 2017.](#), conforme disposto no § 3º do art. 91 da Lei n. 14.133/2021.
- 19.2. O responsável pela assinatura do contrato, após a adjudicação, deverá acessar a área indicada do Portal do STJ, no endereço do [Portal do STJ](#) e realizar o cadastro, como usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), nos termos do art. 38 da Instrução Normativa n. 17 de 3 de julho de 2019, observado o art. 1º, § 2º, inciso III, alínea "b" da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, no prazo de dois dias úteis.
- 19.3. O licitante vencedor deverá informar ao STJ a realização do cadastro no SEI, enviando e-mail somente ao endereço eletrônico [coli@stj.jus.br](mailto:coli@stj.jus.br). Feito isso, o licitante vencedor deverá aguardar a liberação de seu cadastro como usuário externo, para acessar o sistema.
- 19.4. Após a liberação do acesso, as respectivas unidades disponibilizarão documentos para assinatura, no mencionado sistema, nos prazos estipulados neste Edital.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 20.1. O edital na íntegra e os estudos preliminares estarão à disposição dos interessados no sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para *download*, nos endereços eletrônicos: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br) e <https://pncp.gov.br>.
- 20.2. Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 20.2.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.
- 20.2.2. Considera-se dia do começo do prazo o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet ou a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios, conforme o caso.
- 20.2.3. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal.



- 20.3. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação, sobretudo em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 20.4. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis no sítio eletrônico Compras Governamentais e/ou no Sicaf. Esses documentos e demais registros digitais serão juntados ao processo licitatório e permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.
- 20.5. Sem prejuízo das disposições contidas no Título III da Lei n. 14.133/2021, o presente edital e a proposta da adjudicatária serão partes integrantes do contrato e da nota de empenho, conforme o caso.
- 20.6. Toda comunicação oficial ocorrerá exclusivamente via sistema, pelo sítio do [Portal de Compras do Governo Federal](#) ou por publicação, nos termos da legislação.
- 20.7. Nas contratações realizadas por meio deste edital, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.
- 20.7.1. Será aplicado o disposto no item acima às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, como as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações.
- 20.8. Os dados pessoais tornados públicos por este edital deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução do objeto licitado.
- 20.9. As questões decorrentes deste edital serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Brasília, 09 de junho de 2023.

ALESSANDRA CRISTINA DE JESUS TEIXEIRA  
Secretária de Administração

# **ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA**

## **Termo de Referência - 0080/2023 - v.8 - Lei 14133/2021**

### **1. OBJETO**

- 1.1. Contratação de seguro total para 105 veículos da frota do STJ.
- 1.2. Conforme justificado no item 3.8 do Estudo Técnico Preliminar ([3429265](#)), o serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum e está definido como serviço de prestação contínua, nos termos do inciso XXXIV do art. 4º da Instrução Normativa STJ/GDG nº 10 de 28 de abril de 2022.

### **2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO**

- 2.1. A contratação de seguro total para os veículos da frota relacionados no Anexo deste Termo de Referência tem por objetivo garantir, até o limite máximo de indenização contratado para cada cobertura, o recebimento de indenização em consequência direta da ocorrência dos riscos cobertos e expressamente convencionados nas coberturas e cláusulas contratadas expressas na apólice de seguro, respeitadas as regras estabelecidas nas condições gerais do seguro, bem como proporcionar tranquilidade aos motoristas do Tribunal quanto à cobertura de prejuízo causado aos veículos oficiais ou de terceiro envolvido em sinistro causado por condutor do Tribunal, tendo em vista o disposto no Art. 18 da Resolução nº 37, de 14 de novembro de 2012, in verbis: "Art. 18º Todos os veículos integrantes da frota do Superior Tribunal de Justiça deverão ter cobertura securitária total contra sinistros de qualquer natureza, inclusive contra terceiros".
- 2.2. Em complemento ao item 3.7 do Estudo Técnico Preliminar ([3429265](#)), a demanda está prevista no PCAq2023, uma vez que está inserida no Anexo II que integra o referido planejamento aprovado Despacho 3528145 SEI 043784/2022 / pg. 1 pela Portaria STJ/GDG n. 235/2023.

### **3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

#### **3.1. DO SEGURO VEICULAR**

- 3.1.1. O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, localizada no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, bem como as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme abaixo:
  - 3.1.1.1. Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativas de roubo ou furto;

- 3.1.1.2. Queda de raio e suas consequências;
- 3.1.1.3. Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotamento e abalroamento, ainda que com veículos do próprio STJ;
- 3.1.1.4. Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- 3.1.1.5. Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- 3.1.1.6. Acidente durante o transporte do veículo (objeto do socorro) por meio apropriado.
- 3.1.1.7. Submersão total ou parcial em água, inclusive proveniente de enchentes ou inundações, e ou quando guardado em subsolo;
- 3.1.1.8. Granizo;
- 3.1.1.9. Danos causados por queda de árvore;
- 3.1.1.10. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;
- 3.1.1.11. Responsabilidade civil facultativa (RCF - danos materiais e pessoais);
- 3.1.1.12. Acidente Pessoal (APP - morte ou invalidez);
- 3.1.1.13. Assistência 24 horas aos veículos segurados;
- 3.1.1.14. Calço hidráulico decorrente de causa coberta pelo contrato de seguro;
- 3.1.1.15. Danos causados aos vidros laterais, para-brisas dianteiro e traseiro, retrovisores, faróis e lanternas;
- 3.1.1.16. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos: chaveiro, assistência com socorro mecânico, guincho dentro e fora do Distrito Federal e das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, transporte de passageiros e do condutor a serviço do Tribunal em virtude de imobilização do veículo segurado ou em caso de roubo ou furto do veículo.
  - 3.1.1.16.1. O serviço de guincho deverá recolher o veículo oficial que tenha sofrido qualquer pane mecânica, elétrica ou decorrente de acidente sofrido em qualquer localidade dentro ou fora do Estado de origem do veículo, conforme especificado no [ANEXO I](#), com quilometragem livre, e conduzi-lo a sua destinação original, conforme orientação da unidade gestora do veículo, podendo ser a sede do STJ ou as unidades das Representações do STJ nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a concessionária autorizada pelo fabricante ou a oficina designada.
- 3.1.1.17. Equipamentos descritos na norma NBR 14561 de 2000, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (restrito às Ambulâncias relacionadas no anexo do Termo de Referência).

### 3.2. DA FRANQUIA

- 3.2.1. A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens seguintes.
- 3.2.2. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).
- 3.2.3. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder os limites máximos estabelecidos na tabela do Item [19.2.](#)
- 3.2.4. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não poderá exceder o limite de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item [3.2.1.](#)
- 3.2.5. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo STJ prioritariamente à concessionária ou oficina que promover o conserto do veículo.
- 3.2.6. Caso a empresa que realizou o conserto do veículo não esteja com a documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.
- 3.2.7. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

### 3.3. DAS IMPORTÂNCIAS SEGURADAS

- 3.3.1. A importância mínima segurada (expressa em reais) para o casco de cada veículo deverá corresponder a 100% (cem por cento) do valor divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE ou subsidiariamente baseado na tabela MOLICAR, no caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE.
- 3.3.2. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado com base em 110% (cento e dez por cento) do valor da tabela FIPE.
- 3.3.3. Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a indenização integral deverá se basear na tabela MOLICAR, vedada a utilização de qualquer outra tabela.
- 3.3.4. A importância segurada para Responsabilidade Civil Facultativa - RCF (danos materiais), por veículo, será de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- 3.3.5. A importância segurada para Responsabilidade Civil Facultativa - RCF (danos pessoais), por veículo, será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- 3.3.6. A importância segurada para Acidente Pessoal de Passageiro - APP (por morte), será de R\$ 100.000,00 (quarenta mil reais) por pessoa;
- 3.3.7. A importância segurada para Acidente Pessoal de Passageiro - APP (por invalidez) será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por pessoa.

### **3.4. DA BONIFICAÇÃO**

3.4.1. No caso de prorrogação do ajuste, a CONTRATADA deverá oferecer e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda e da Proposta apresentada pela empresa.

3.4.2. As bonificações atuais estão listadas no Anexo deste Termo de Referência.

3.4.3. O licitante deverá considerar uma classe de bônus superior à atual, conforme consta no [ANEXO I](#), para efeito de elaboração de proposta de preço.

3.4.4. No caso de prorrogação do contrato, a CONTRATADA deverá considerar uma classe de bônus superior à classe em vigor, observadas as condições gerais do seguro contratado.

### **3.5. DO ENDOSSO**

3.5.1. Quaisquer alterações na apólice de seguro, como por exemplo: inclusão, substituição e exclusão de veículos, poderão ser requeridas pelo STJ, as quais serão processadas pela CONTRATADA, por meio de endosso.

3.5.2. Poderão ser solicitadas, mediante emissão de endosso, alteração do local de uso e permanência de veículo (cidade e unidade da federação), número de chassi e placa de veículo emitidos erroneamente na apólice de seguro, dentre outras correções, durante o período de vigência da apólice.

3.5.3. Havendo necessidade de inclusão, substituição ou exclusão de veículo da apólice de seguro, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total a ser pago ou o valor a ser restituído ao Tribunal.

3.5.4. No caso de endosso de exclusão, o orçamento de endosso deverá ser enviado ao Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do requerimento enviado à corretora de seguro credenciada.

3.5.5. A devolução de valores relativa ao endosso de exclusão deverá ser realizada mediante pagamento de Guia de Recolhimento à União - GRU, no prazo de 30 dias contados da data do envio da GRU à corretora de seguro credenciada, devendo a CONTRATADA enviar ao Tribunal o comprovante correspondente.

## **4. METODOLOGIA DO QUANTITATIVO ESTIMADO**

4.1. A contratação do serviço deverá garantir cobertura securitária para os 105 veículos relacionados no [ANEXO I](#), em cumprimento ao disposto no Art. 18 da Resolução STJ nº 37, de 14 de novembro de 2012, uma vez que a apólice de seguro da frota vencerá no dia 7/7/2023.

## **5. FORMA DE ADJUDICAÇÃO**

5.1. Para a presente contratação, a adoção do critério de adjudicação por preço global não prejudicará a ampla participação de licitantes, uma vez que há no mercado pelo menos três companhias seguradoras aptas a garantir a cobertura securitária dos veículos da frota, conforme se verifica nos contratos citados na pesquisa de mercado. Sob o aspecto econômico, os licitantes poderão reduzir os valores individuais dos prêmios de seguros em face da vantajosidade de contratação do seguro para a totalidade de veículos, possibilitado pelo ganho de escala, e, em contrapartida, o Tribunal obterá uma proposta com redução do custo total de seguro da frota.

5.2. A adjudicação será realizada pelo critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, mediante realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

## **6. DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **6.1. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA - SERVIÇOS CONTINUADOS:**

6.1.1. Certidões ou atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/21, mediante a comprovação de experiência mínima de cobertura securitária total de 52 (cinquenta e dois) veículos de frota, podendo ser aceito o somatório de atestados;

6.2. Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que comprove que o licitante está autorizado a operar no mercado segurador brasileiro, conforme estabelecido no Decreto nº 60.459/67, cujo documento poderá ser obtido pelo pregoeiro, gratuitamente, por meio do sítio eletrônico da SUSEP (Emissão de Certidões).

6.3. Declaração expressa de que os preços propostos incluem todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, mão-de-obra, materiais, tributos incidentes, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, embalagem, lucro, despesas acessórias e outros encargos necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.

### **6.4. DEMAIS DOCUMENTOS DA EMPRESA**

6.4.1. A licitante deverá apresentar a documentação de habilitação jurídica, de habilitação fiscal, social e trabalhista e de qualificação econômico-financeira exigida no capítulo "Fase de Habilitação" do instrumento convocatório.

## **7. VISTORIA FACULTATIVA**

7.1. A(s) empresa(s) participante(s) poderá(ão) vistoriar os veículos relacionados no Anexo deste Termo de Referência, a partir da publicação do edital até um dia útil antes da abertura do certame, no horário das 8h às 18h, em dias úteis, nos seguintes endereços:

7.1.1. Brasília - SAFS, Quadra 06, Lote 01, Edifício Ministros II - Sede do STJ. Fone: (61) 3319-7032 ou 3319-7494; e SGON Quadra 02 Lote 10/20 (3319-7767 ou 3319-7768).

7.1.2. Rio de Janeiro - Rua Acre nº 80, Centro, Edifício do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Sala 704. Fone (21) 3261-8057 / 8651; e

7.1.3. São Paulo - Avenida Paulista nº 1.682, 11º andar, Forum Ministro Pedro Lessa. Fone (11) 2172-4382.

## **8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

8.1. A contratada deverá adotar as normas federais, estaduais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, sem prejuízo das orientações do Superior Tribunal de Justiça que versem sobre a matéria, especialmente as preconizadas pela Instrução Normativa STJ/GDG n. 15, de 12 de novembro de 2020.

## **9. EXECUÇÃO DO OBJETO**

9.1. A empresa deverá garantir a cobertura securitária para 105 veículos, identificados no [ANEXO I](#) deste TR, observando as condições estabelecidas neste Termo de Referência e nas condições gerais expressas na apólice de seguro.

## **10. RECEBIMENTO DO OBJETO**

10.1. Para a realização dos recebimentos provisório e definitivo, serão observados os seguintes procedimentos: verificação, na apólice de seguro, do prazo de vigência do seguro, valores de prêmios e franquias, classe de bônus, placa, tipo do veículo, ano de fabricação e modelo, chassi e valores de coberturas.

10.2. A Seção de Atendimento de Veículos Leves reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, a(s) apólice(s) que estiver(em) em desacordo com o contrato, obrigando-se o fornecedor a providenciar, sem ônus adicionais, a complementação ou a substituição das apólices não aceitas, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

10.3. O recebimento e a aceitação do objeto obedecerão ao disposto no artigo 140 da [Lei 14.133/2021](#), no que lhes for aplicável, e proceder-se-ão na forma seguinte:

10.3.1. provisoriamente, no prazo de 1 (um) dia útil contado da entrega da apólice de seguro, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

10.3.2. definitivamente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da data do recebimento provisório, por servidor, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. A CONTRATADA deverá:

- 11.1.1. Acatar todas as orientações do Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e orientação, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados pelo Tribunal, permitindo o acesso à documentação pertinente e atendendo às reclamações formuladas;
- 11.1.2. Garantir que a recuperação dos sinistrados poderá, a critério do Contratante, ocorrer em uma concessionária autorizada pelo fabricante, inclusive para veículos de terceiros envolvidos;
- 11.1.3. Garantir a cobertura prevista do seguro automotivo no caso de atraso ou não fornecimento da apólice;
- 11.1.4. Informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone, para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do objeto da presente licitação;
- 11.1.5. Manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 11.1.6. Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, e contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassis, região);
- 11.1.7. Emitir boleto bancário ou recibo, no valor do total dos prêmios de seguro contratado ou no valor do endosso de inclusão ou de substituição, caso ocorram, os quais deverão ser disponibilizados ao Contratante, em meios eletrônicos ou entregues na Seção de Protocolo Administrativo do Tribunal, localizada no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 06, lote 01, bloco "B", sala B003, Térreo, Edifício dos Plenários, Brasília - DF;
- 11.1.8. Garantir a seguridade dos veículos, a partir do início da vigência do contrato;
- 11.1.9. Cumprir as normas e regulamentos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para as regras e critérios de funcionamento e de operação dos contratos de seguro de automóveis.
- 11.1.10. Nos procedimentos de comunicação e cobertura de sinistros, os dados pessoais de condutores dos veículos da frota e representantes legais do CONTRATANTE, bem como os dados de terceiros deverão ser resguardados pela CONTRATADA, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

## **11.2. OBRIGAÇÕES COM PRAZOS:**

- 11.2.1. Colocar à disposição do Contratante, 24 horas por dia durante 7 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;
- 11.2.2. A vistoria destinada à realização do conserto de veículo sinistrado bem como as eventuais vistorias complementares deverão ser concluídas pela CONTRATADA no prazo de 6 (seis) dias úteis, contado da data do envio do orçamento elaborado pela empresa designada para o conserto.



- 11.2.2.1. Caso a empresa designada para o conserto do veículo sinistrado, concessionária autorizada pelo fabricante ou a oficina credenciada, não acesse eletronicamente em eventual sistema de vistoria virtual da seguradora, a CONTRATADA deverá realizar a vistoria presencialmente, no prazo estabelecido no item [11.2.2.](#), contado o prazo a partir da data de comunicação do fato pela empresa ou pelo próprio Tribunal à seguradora.
- 11.2.3. A apólice de seguro deverá ser emitida e disponibilizada ao Contratante, em meios eletrônicos, no prazo máximo de quinze dias consecutivos, contados da assinatura do contrato, devendo os cartões do seguro serem enviados ao Superior Tribunal de Justiça - Seção de Atendimento de Veículos Leves - SATEV (telefone - 61 3319-7032), no horário das 08h às 19h, em dias úteis, no seguinte endereço: Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Trecho III, CEP 70095-900, Brasília-DF.
- 11.2.4. As inconformidades observadas na apólice de seguro deverão ser corrigidas pela CONTRATADA, no prazo de quinze dias consecutivos, contados da data de solicitação do Contratante.
- 11.2.5. A CONTRATADA deverá indenizar os prejuízos resultantes de riscos cobertos pelas garantias ajustadas para pessoas e veículos, em no máximo trinta dias consecutivos, contados da entrega de toda a documentação exigida pela Contratada.
- 11.2.6. No caso de interesse pela prorrogação do ajuste, a CONTRATADA deverá se manifestar no prazo de sessenta dias consecutivos antes do término da vigência. Em caso afirmativo, a Contratada deverá encaminhar proposta, observando as condições estabelecidas no item [3.4.4.](#)

## **12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 12.1. Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para a execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de funcionários da Contratada às dependências do Tribunal.
- 12.2. Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.3. Notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.
- 12.4. Promover os pagamentos nas condições e prazo estipulados.
- 12.5. Fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas as obrigações contratuais. Os requerimentos deverão ser protocolados ou enviados por correspondência para o Protocolo Geral da Seção de Protocolo Administrativo do Tribunal, localizada no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 06, lote 01, bloco "B", sala B-003, Térreo, Edifício dos Plenários, Brasília - DF.
- 12.6. Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de sinistro.

12.7. Proteger o veículo sinistrado, de modo a evitar o agravamento dos danos.

### **13. VIGÊNCIA**

13.1. A vigência do contrato será de 12 meses, contados a partir da data de assinatura, prorrogáveis sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021

13.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA, e da existência de créditos orçamentários consignados ao Superior Tribunal de Justiça no Orçamento Geral da União a cada exercício financeiro

13.3. A minuta de contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### **14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados ao Superior Tribunal de Justiça no Orçamento Geral da União.

14.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

a. Gestão/Unidade: 50001;

b. Fonte de Recursos: 100;

c. Programa de Trabalho: 02.061.0033.4236.0001;

d. Elemento de Despesa: 33.90.39;

e. Plano Interno: PTRES 203839.

14.2. A existência de créditos orçamentários vinculados à contratação será atestada pelo STJ a cada exercício financeiro.

### **15. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.3. Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE poderá convocar, a critério da equipe de gestão do contrato, o representante da empresa contratada para reunião inicial para

apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.4.O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5.A equipe de gestão do CONTRATANTE será composta por gestor e fiscal designado pelo secretário de Administração do STJ, os quais adotarão as orientações do Manual de Gestão de Contratos do STJ.

15.6.A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, para atuar como seu representante e interlocutor autorizado a receber, encaminhar e responder questões técnicas, legais e administrativas referentes à ata de registro de preços e ao contrato.

15.6.1.A CONTRATADA poderá solicitar a substituição do preposto indicado que não atenda satisfatoriamente às necessidades da execução contratual.

15.7. O gestor coordenará a fiscalização do contrato, da avaliação da qualidade e dos resultados obtidos, bem como do registro de informações atualizadas que viabilizem a tomada de decisão relacionada à formalização do contrato, da prorrogação, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, da alteração, do acréscimo, da supressão, do pagamento, da aplicação de sanções, da extinção dos contratos, dentre outros.

15.7.1.Caberá ao gestor, além das demais atribuições estabelecidas no Manual de Gestão de Contratos do STJ:

- a. emitir ordens de serviço/fornecimento, quando for o caso, e solicitar à contratada a correção de pendências constatadas na execução do contrato;
- b. avaliar eventuais atrasos nos prazos de entrega ou ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto contratado e submetê-las à autoridade superior para deliberação;
- c. zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado sob sua supervisão e, sempre que requerido, submeter previamente à deliberação da Secretaria de Administração pedido de modificação/alteração de serviço, projeto, obra/fornecimento e/ou substituição de material/equipamento, que deverá ser encaminhado com a justificativa da contratada, mediante apresentação de documento comprobatório dos fatos alegados, e a manifestação do gestor;
- d. devolver, mediante justificativa e notificação formal, nota fiscal apresentada pela contratada quando for observada irregularidade que inviabilize o ateste e pagamento do serviço/fornecimento prestado;
- e. acompanhar os resultados alcançados em relação à execução da obrigação do contrato para receber e atestar as notas fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento, após conferência completa da documentação exigida no contrato;

f. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

g. informar à Secretaria de Administração, tempestivamente, o descumprimento contratual por parte da contratada e sugerir a aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e/ou no contrato, conforme orientações contidas na [Instrução Normativa STJ/GDG n. 10/2023](#);

h. confeccionar e assinar o termo de recebimento definitivo, com base nas informações produzidas no recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo estabelecido no edital e quando não for designada comissão de recebimento, referente às aquisições, obras ou serviços contratados;

i. elaborar o relatório final para divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

15.8. O fiscal técnico realizará o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato em seus aspectos técnicos, a quem caberá, além das demais atribuições estabelecidas no Manual de Gestão de Contratos do STJ:

a. verificar se na prestação de serviço, a especificação, o valor unitário ou total, a quantidade e os prazos de entrega estão de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

b. anotar em processo específico, quando autuado para esse fim, todas as ocorrências relativas à execução do contrato, com a indicação do que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

c. monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar eventuais incorreções, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

d. registrar e informar ao gestor as atividades desempenhadas e todas as pendências constatadas na execução do contrato;

e. confeccionar e assinar o termo de recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico referente às aquisições, obras ou serviços de acordo com as regras contratuais;

f. analisar os documentos apresentados para pagamento, conferi-los com as condições estabelecidas no contrato e submeter ao gestor para ateste ou notificação da contratada para regularização de impropriedade constatada;

g. informar ao gestor sobre eventual incapacidade técnica da empresa na execução contratual;

h. propor ao gestor, na hipótese de descumprimento contratual, a aplicação de sanções à contratada, de acordo com as regras estabelecidas no ato convocatório e/ou contrato, observando os procedimentos estabelecidos na [Instrução Normativa STJ/GDG n. 10/2023](#);

- i. elaborar, quando exigido, relatórios, laudos e pareceres das atividades de fiscalização técnica da execução do contrato;
- j. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

## 16. SANÇÕES

16.1. Sem prejuízo da incidência de outras disposições previstas no instrumento convocatório, na hipótese de falha na execução do contrato, a CONTRATADA fica sujeita à:

16.1.1. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, caso não se justifique a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021.

16.1.2. **Multa moratória**:

16.1.2.1.	Obrigação	Base de Cálculo	Percentual	Incidência
	Item 3.5.4 - Emissão de orçamento de endosso de exclusão	Prêmio de Seguro do veículo	1,0%	Por dia de atraso
	Item 3.5.5 - Devolução de valores decorrente da emissão de documento de endosso	Prêmio de Seguro do veículo	1,0%	Por dia de atraso
	Item 11.2.1 - constatação de indisponibilidade da central de comunicação para aviso de sinistro	Valor do Contrato	1,0 %	Por ocorrência
	Item 11.2.2 - Aprovação de vistoria para realização de conserto de veículo sinistrado	Prêmio de Seguro do veículo	10%	Por dia de atraso
	Item 11.2.3 - Disponibilidade da apólice de seguro ao STJ	Valor do Contrato	1,0%	Por ocorrência
	Item 11.2.4 - Correção de inconformidades da apólice de seguro em relação ao Contrato	Valor do Contrato	1,0%	Por ocorrência
	Item 11.2.5 - Indenização de prejuízos resultantes de riscos coberto pelas garantias ajustadas para pessoas e veículos, constantes nos Subitens 3.3.4, 3.3.5, 3.3.6 e 3.3.7.	Importância segurada	10%	Por ocorrência

16.1.2.1.1. Nas hipóteses do item acima, decorrido o lapso de 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE deverá manifestar-se sobre o interesse na continuidade da execução do contrato ou instrumento equivalente;

16.1.3. **Multa compensatória**:

16.1.3.1. de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de inexecução parcial do objeto, caso haja interesse da CONTRATANTE na continuidade da execução do contrato;

16.1.3.2. de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto, caso não haja interesse da CONTRATANTE na continuidade da execução do contrato em razão de descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, o que ensejará a rescisão unilateral do contrato, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

## **17. PAGAMENTO**

17.1. Observadas as regras contidas no Capítulo [10](#), deste Termo de Referência, o pagamento será efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo da apólice de seguro, mediante apresentação de boleto bancário ou, preferencialmente, recibo, contendo nome e número do banco, a agência e o número da conta bancária.

17.2. Por se tratar de pagamento em parcela única, não se aplicam ao presente objeto critérios de medição periódica. Contudo, nas situações de endosso que contemple o valor do prêmio total a ser pago à CONTRATADA, além do cumprimento do item [3.5.3](#), do Termo de Referência, serão observadas todas as regras de que tratam este Capítulo, inclusive no que se refere ao recebimento da apólice oriunda do endosso.

17.3. A minuta de contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas à liquidação e ao prazo de pagamento da despesa, bem como ao reajustamento dos preços.

## **18. FISCALIZAÇÃO**

18.1. O titular da Seção de Atendimento de Veículos Leves será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do presente ajuste, procederá ao registro de ocorrências e adotará as providências necessárias ao cumprimento das condições avençadas.

# ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - FROTA DO STJ

1. Seq.	Marca	Modelo 2	Placa	Ano/Modelo	Chassi	Comb.	Bônus	UF
1	Citroën	Jumper Minibus 2.3 Hdi L6 - M33 M	PAE-1062	2015/2015	935ZBWMMBF2148775	Diesel	7	DF
2	Ford	Fusion SEL GTDI	QNX-8126	2017/2018	3FA6POH9XJR134725	Gas.	4	DF
3	Ford	Fusion SEL GTDI	QNX-8147	2017/2018	3FA6POH97JR134634	Gas.	4	DF
4	Ford	Fusion SEL GTDI	QNX-8156	2017/2018	3FA6POH96JR134723	Gas.	4	DF
5	Ford	Fusion SEL GTDI	QNX-8162	2017/2018	3FA6POH92JR134721	Gas.	4	DF
6	Ford	Fusion SEL GTDI	QNX-8205	2017/2018	3FA6POH90JR134636	Gas.	4	DF
7	Ford	Fusion SEL GTDI	QNX-8C22	2017/2018	3FA6POH93JR152726	Gas.	4	DF
8	Ford	Fusion SEL GTDI	QOG-0132	2018/2018	3FA6POH99JR198741	Gas.	4	DF
9	Ford	Fusion SEL GTDI	QOG-0140	2018/2018	3FA6POH92JR198743	Gas.	4	DF
10	Ford	Fusion SEL GTDI	QOG-0154	2018/2018	3FA6POH94JR198744	Gas.	4	DF
11	Ford	Fusion SEL GTDI	QOG-0158	2018/2018	3FA6POH95JR198753	Gas.	4	DF
12	Ford	Fusion SEL GTDI	QOG-0184	2018/2018	3FA6POH97JR198754	Gas.	4	DF
13	Ford	Fusion SEL GTDI	QOG-0189	2018/2018	3FA6POH98JR198679	Gas.	4	DF
14	Ford	Fusion SEL GTDI	QOH-1536	2018/2018	3FA6P0H97JR198639	Gas.	4	DF
15	Ford	Fusion SEL GTDI	QOH-1547	2018/2018	3FA6P0H90JR198644	Gas.	4	DF
16	Ford	Fusion SEL GTDI	QOH-1549	2018/2018	3FA6P0H90JR198739	Gas.	4	DF
17	Ford	Fusion SEL GTDI	QOH-1552	2018/2018	3FA6P0H97JR198740	Gas.	4	DF
18	Ford	Fusion SEL GTDI	QOH-1559	2018/2018	3FA6P0H91JR198748	Gas.	4	DF
19	Ford	Fusion SEL GTDI	QOH-1566	2018/2018	3FA6P0H91JR198751	Gas.	4	DF
20	Ford	Fusion SEL GTDI	QOH-1569	2018/2018	3FA6P0H90JR198756	Gas.	4	DF
21	Ford	Fusion SEL GTDI	QOH-1574	2018/2018	3FA6P0H97JR163860	Gas.	4	DF
22	Ford	Fusion SEL GTDI	QOH-1582	2018/2018	3FA6P0H99JR163861	Gas.	4	DF
23	Ford	Fusion SEL GTDI	QOM-5259	2018/2018	3FA6POH92JR209868	Gas.	4	DF
24	Ford	Fusion SEL GTDI	QOM-5402	2018/2018	3FA6POH94JR214831	Gas.	4	DF
25	Ford	Fusion SEL GTDI	QOM-5409	2018/2018	3FA6POH98JR214816	Gas.	4	DF
26	Ford	F-4000	PAE-0997	2015/2015	9BFLF47P4FB003931	Diesel	7	DF
27	Ford	F-4000	PAE-0998	2015/2015	9BFLF47P0FB005286	Diesel	7	DF
28	Ford	F-4000	PAE-0999	2015/2015	9BFLF47P8FB004418	Diesel	7	DF
29	Ford	Focus Sedan Glx Kinetic 2.0	JKP-8120	2013/2013	8AFTZZFFCDJ103239	Flex	10	DF
30	Ford	Focus Sedan Glx Kinetic 2.0	JKP-8140	2013/2013	8AFTZZFFCDJ103237	Flex	10	DF
31	Fiat	Doblo Cargo 1.4	PAF-3540	2015/2015	9BD22315UF2041146	Flex	7	DF
32	Fiat	Doblo Furgão 1.8	JJE-0927	2006/2007	9BD22315572011089	Flex	10	DF
33	Fiat	Iveco/Daily City 38.13 - Ambulância	JJE-0387	2006/2007	93ZC3890178325287	Diesel	10	DF
34	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7531	2013/2013	9BD373121D5029583	Flex	10	DF
35	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7541	2013/2013	9BD373121D5029600	Flex	9	DF
36	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7551	2013/2013	9BD373121D5029410	Flex	8	DF
37	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7561	2013/2013	9BD373121D5029509	Flex	10	DF

38	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7571	2013/2013	9BD373121D5029190	Flex	9	DF
39	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7581	2013/2013	9BD373121D5029499	Flex	7	DF
40	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7601	2013/2013	9BD373121D5029587	Flex	10	DF
41	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7611	2013/2013	9BD373121D5029513	Flex	10	DF
42	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7621	2013/2013	9BD373121D5029562	Flex	9	DF
43	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7631	2013/2013	9BD373121D5029192	Flex	9	DF
44	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7641	2013/2013	9BD373121D5029108	Flex	9	DF
45	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7651	2013/2013	9BD373121D5029189	Flex	10	DF
46	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7661	2013/2013	9BD373121D5029586	Flex	10	DF
47	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7671	2013/2013	9BD373121D5029105	Flex	8	DF
48	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7691	2013/2013	9BD373121D5029096	Flex	8	DF
49	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7701	2013/2013	9BD373121D5029177	Flex	9	DF
50	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7711	2013/2013	9BD373121D5029519	Flex	10	DF
51	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7731	2013/2013	9BD373121D5029597	Flex	9	DF
52	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7741	2013/2013	9BD373121D5029095	Flex	9	DF
53	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7751	2013/2013	9BD373121D5029510	Flex	9	DF
54	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7761	2013/2013	9BD373121D5029462	Flex	10	DF
55	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7781	2013/2013	9BD373121D5029411	Flex	8	DF
56	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	JKO-7801	2013/2013	9BD373121D5029507	Flex	9	DF
57	GM	Blazer 2.8 4X4	JJE-9901	2007/2008	9BG116JJ08C427505	Diesel	10	DF
58	GM	Ômega 3.6 V6 24V	JGC-2531	2007/2008	6G1EL55718L982188	Gas.	10	DF
59	GM	Ômega 3.6 V6 24V	JGC-2F21	2007/2008	6G1EL55708L983591	Gas.	10	DF
60	GM	Ômega 3.6 V6 24V	JGC-2F51	2007/2008	6G1EL55728L981700	Gas.	10	DF
61	GM	Ômega 3.6L V6	JGC-7951	2008/2008	6G1EL55788L139668	Gas.	10	DF
62	GM	Ômega 3.6L V6	JGC-7971	2008/2008	6G1EL55788L141176	Gas.	10	SP
63	GM	Ômega 3.6L V6	JGC-7991	2008/2008	6G1EL55798L135712	Gas.	10	RJ
64	GM	Ômega Cd	JFO-4970	1998/1998	9BGVR19LWWB202225	Gas.	8	DF
65	GM	Ômega Cd 3.6L V6	JGL-0I01	2008/2009	6G1EL557X9L158059	Gas.	10	DF
66	GM	Ômega Cd 3.6L V6	JGL-2F21	2008/2009	6G1EL55779L157306	Gas.	10	DF
67	GM	Ômega Cd 3.6L V6	JGL-4001	2008/2009	6G1EL55789L158786	Gas.	10	RJ
68	GM	Ômega Cd 3.6L V6	JGL-4011	2008/2009	6G1EL55789L158092	Gas.	10	DF
69	GM	Ômega Cd 3.6L V6	JGL-4021	2008/2009	6G1EL55779L164496	Gas.	10	DF
70	GM	Ômega Cd 3.6L V6	JGL-4041	2008/2009	6G1EL55799L155427	Gas.	10	DF
71	GM	Ômega Cd 3.6L V6	JGL-4051	2008/2009	6G1EL55789L161056	Gas.	10	DF
72	GM	Ômega Cd 3.6L V6	JGL-4081	2008/2009	6G1EL55789L166564	Gas.	10	SP
73	GM	Ômega Cd 3.6L V6	JGL-4A71	2008/2009	6G1EL55789L159890	Gas.	10	DF
74	GM	Ômega Cd 3.6L V6	JGL-7981	2008/2008	6G1EL55788L141632	Gas.	10	DF
75	GM	Opala Diplomata Se 4.1 Alc. 4P	JFO-0834	1989/1989	9BGVR69FKKB121922	Gas.	9	DF
76	Induscar	Apache U	JKH-6611	2005/2006	9BWR682W46R603372	Diesel	9	DF
77	Peugeot	Expert 1.6 Pack Diesel	PBQ-0174	2018/2019	9V8VBBHXGKA003014	Diesel	3	DF



78	Peugeot	Expert 1.6 Pack Diesel	PBQ-0175	2018/2019	9V8VBBHXGKA003034	Diesel	3	DF
79	Peugeot	Expert 1.6 Pack Diesel	PBQ-0176	2018/2019	9V8VBBHXGKA003033	Diesel	3	DF
80	Peugeot	Van Box 330M	JGC-2821	2008/2008	936ZBPMMB82024506	Diesel	10	DF
81	Peugeot	Van Box 330M	JGC-2831	2008/2008	936ZBPMMB82025216	Diesel	10	DF
82	Peugeot	Van Box 330M	JGC-2851	2008/2008	936ZBPMMB82024564	Diesel	10	DF
83	Peugeot	Van Box 330M	JJE-7991	2008/2008	936ZBPMMB82020980	Diesel	10	DF
84	Peugeot	Van Box Furgão 330C	JGC-5261	2008/2008	936ZBPMFA82025303	Diesel	10	DF
85	Peugeot	Van Box Furgão 330C	JJE-7981	2008/2008	936ZBPMFA82022490	Diesel	10	DF
86	Renault	Fluence Sedan Dinamique 2.0 16V CVT	OVS-9222	2013/2014	8A1LZBW2TEL950752	Flex	7	DF
87	Renault	Fluence Sedan Dinamique 2.0 16V CVT	OVS-9223	2013/2014	8A1LZBW2TEL888894	Flex	7	DF
88	Renault	Fluence Sedan Dinamique 2.0 16V CVT	OVS-9224	2013/2014	8A1LZBW2TEL951690	Flex	7	DF
89	Renault	Fluence Sedan Dinamique 2.0 16V CVT	OVS-9225	2013/2014	8A1LZBW2TEL964195	Flex	7	DF
90	Renault	Fluence Sedan Dinamique 2.0 16V CVT	OVS-9226	2013/2014	8A1LZBW2TEL951693	Flex	7	DF
91	Renault	Fluence Sedan Dinamique 2.0 16V CVT	OVS-9227	2013/2014	8A1LZBW2TEL985122	Flex	7	DF
92	Renault	Fluence Sedan Dinamique 2.0 16V CVT	OVS-9229	2013/2014	8A1LZBW2TEL950237	Flex	7	DF
93	Renault	Fluence Sedan Dinamique 2.0 16V CVT	OVS-9230	2013/2014	8A1LZBW2TEL886788	Flex	7	DF
94	Renault	Fluence Sedan Dinamique 2.0 16V CVT	OVS-9232	2013/2014	8A1LZBW2TEL923172	Flex	7	DF
95	Renault	Fluence Sedan Dinamique 2.0 16V CVT	OVS-9233	2013/2014	8A1LZBW2TEL963955	Flex	7	DF
96	Renault	Fluence Sedan Dinamique 2.0 16V CVT	OVS-9234	2013/2014	8A1LZBW2TEL883036	Flex	7	DF
97	Renault	Fluence Sedan Dinamique 2.0 16V CVT	OVS-9C31	2013/2014	8A1LZBW2TEL950053	Flex	7	DF
98	Marcopolo	Volary W9 On	JJU-1667	2012/2012	93PB40N31CC041638	Diesel	8	DF
99	Marcopolo	Volary W9 On	JJU-1G77	2012/2012	93PB40N31CC041639	Diesel	8	DF
100	Mercedes Benz	Sprinter 415 - 14 M - Ambulância	PBS-5288	2017/2018	8AC906635JE134171	Diesel	3	DF
101	Volvo	B290R 4X2 Urbano	JJU-1859	2012/2012	9BVR6R625CE360028	Diesel	6	DF
102	Volvo	B290R 4X2 Urbano	JJU-1869	2012/2012	9BVR6R623CE360027	Diesel	6	DF
103	Volvo	B290R 4X2 Urbano	JJU-1879	2012/2012	9BVR6R627CE360029	Diesel	7	DF
104	Volvo	B290R 4X2 Urbano	JJU-1149	2012/2012	9BVR6R626CE359910	Diesel	7	DF
105	Scania	P 310 B8X2 (com baú)	ABM-7554	2016/2016	9BSP8X200G3891926	Diesel	0	DF

## ANEXO II DO EDITAL - ESTIMATIVA DE PREÇOS

Razão Social -	CNPJ -		
CNPJ do estabelecimento responsável			
pelo faturamento dos serviços:			
Endereço -			
Telefone -	Fax -		
email -			
Banco -	Agência -	Conta -	
Validade da Proposta -			
Prazo de entrega -	Garantia -		

Seq.	Marca	Modelo 2	Bônus	Placa	Franquia	Prêmio
1	Citroën	Jumper Minibus 2.3 Hdi L6 - M33 M	7	PAE-1062	5.267,74	1.549,42
2	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QNX-8126	4.983,20	792,08
3	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QNX-8147	4.983,20	792,08
4	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QNX-8156	4.983,20	792,08
5	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QNX-8162	4.983,20	792,08
6	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QNX-8205	4.983,20	792,08
7	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QNX-8C22	4.983,20	792,08
8	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOG-0132	4.983,20	792,08
9	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOG-0140	4.983,20	792,08
10	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOG-0154	4.983,20	792,08
11	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOG-0158	4.983,20	792,08
12	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOG-0184	4.983,20	792,08
13	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOG-0189	4.983,20	792,08

14	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOH-1536	4.983,20	792,08
15	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOH-1547	4.983,20	792,08
16	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOH-1549	4.983,20	792,08
17	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOH-1552	4.983,20	792,08
18	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOH-1559	4.983,20	792,08
19	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOH-1566	4.983,20	792,08
20	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOH-1569	4.983,20	792,08
21	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOH-1574	4.983,20	792,08
22	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOH-1582	4.983,20	792,08
23	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOM-5259	4.983,20	792,08
24	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOM-5402	4.983,20	792,08
25	Ford	Fusion SEL GTDI	4	QOM-5409	4.983,20	792,08
26	Ford	F-4000	7	PAE-0997	4.167,70	1.912,34
27	Ford	F-4000	7	PAE-0998	4.167,70	1.912,34
28	Ford	F-4000	7	PAE-0999	4.167,70	1.912,34
29	Ford	Focus Sedan Glx Kinetic 2.0	10	JKP-8120	2.551,61	694,49
30	Ford	Focus Sedan Glx Kinetic 2.0	10	JKP-8140	2.551,61	694,49
31	Fiat	Doblo Cargo 1.4	7	PAF-3540	2.220,58	728,12
32	Fiat	Doblo Furgão 1.8	10	JJE-0927	1.781,50	387,01
33	Fiat	Iveco / Daily City 38.13 - Ambulância	10	JJE-0387	6.594,34	4.147,88
34	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	10	JKO-7531	1.359,91	557,28
35	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	9	JKO-7541	1.359,91	557,28
36	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	8	JKO-7551	1.359,91	557,28
37	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	10	JKO-7561	1.359,91	557,28
38	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	9	JKO-7571	1.359,91	557,28
39	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	7	JKO-7581	1.359,91	557,28
40	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	10	JKO-7601	1.359,91	557,28
41	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	10	JKO-7611	1.359,91	557,28
42	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	9	JKO-7621	1.359,91	557,28

43	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	9	JKO-7631	1.359,91	557,28
44	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	9	JKO-7641	1.359,91	557,28
45	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	10	JKO-7651	1.359,91	557,28
46	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	10	JKO-7661	1.359,91	557,28
47	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	8	JKO-7671	1.359,91	557,28
48	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	8	JKO-7691	1.359,91	557,28
49	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	9	JKO-7701	1.359,91	557,28
50	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	10	JKO-7711	1.359,91	557,28
51	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	9	JKO-7731	1.359,91	557,28
52	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	9	JKO-7741	1.359,91	557,28
53	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	9	JKO-7751	1.359,91	557,28
54	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	10	JKO-7761	1.359,91	557,28
55	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	8	JKO-7781	1.359,91	557,28
56	Fiat	Palio Weekend Attractive 1.4 8V	9	JKO-7801	1.359,91	557,28
57	GM	Blazer 2.8 4X4	10	JJE-9901	4.861,94	528,66
58	GM	Ômega 3.6 V6 24V	10	JGC-2531	1.650,00	348,89
59	GM	Ômega 3.6 V6 24V	10	JGC-2F21	1.650,00	348,89
60	GM	Ômega 3.6 V6 24V	10	JGC-2F51	1.650,00	348,89
61	GM	Ômega 3.6L V6	10	JGC-7951	1.650,00	348,89
62	GM	Ômega 3.6L V6	10	JGC-7971	1.650,00	348,89
63	GM	Ômega 3.6L V6	10	JGC-7991	1.650,00	348,89
64	GM	Ômega Cd	8	JFO-4970	1.650,00	348,89
65	GM	Ômega Cd 3.6L V6	10	JGL-0I01	1.650,00	348,89
66	GM	Ômega Cd 3.6L V6	10	JGL-2F21	1.650,00	348,89
67	GM	Ômega Cd 3.6L V6	10	JGL-4001	1.650,00	348,89
68	GM	Ômega Cd 3.6L V6	10	JGL-4011	1.650,00	348,89
69	GM	Ômega Cd 3.6L V6	10	JGL-4021	1.650,00	348,89
70	GM	Ômega Cd 3.6L V6	10	JGL-4041	1.650,00	348,89
71	GM	Ômega Cd 3.6L V6	10	JGL-4051	1.650,00	348,89
72	GM	Ômega Cd 3.6L V6	10	JGL-4081	1.650,00	348,89
73	GM	Ômega Cd 3.6L V6	10	JGL-4A71	1.650,00	348,89
74	GM	Ômega Cd 3.6L V6	10	JGL-7981	1.650,00	348,89
75	GM	Opala Diplomata Se 4.1 Alc. 4P	9	JFO-0834	1.956,50	145,21
76	Induscar	Apache U	9	JKH-6611	2.590,63	422,48
77	Peugeot	Expert 1.6 Pack Diesel	3	PBQ-0174	6.377,89	965,21
78	Peugeot	Expert 1.6 Pack Diesel	3	PBQ-0175	6.377,89	965,21
79	Peugeot	Expert 1.6 Pack Diesel	3	PBQ-0176	6.377,89	965,21
80	Peugeot	Van Box 330M	10	JGC-2821	5.233,26	1.189,51
81	Peugeot	Van Box 330M	10	JGC-2831	5.233,26	1.189,51
82	Peugeot	Van Box 330M	10	JGC-2851	5.233,26	1.189,51

83	Peugeot	Van Box 330M	10	JJE-7991	5.233,26	1.189,51
84	Peugeot	Van Box Furgão 330C	10	JGC-5261	1.997,39	1.065,56
85	Peugeot	Van Box Furgão 330C	10	JJE-7981	1.997,39	1.065,56
86	Renault	Fluence Sedan Dynamique 2.0 16V CVT	7	OVS-9222	2.470,53	830,43
87	Renault	Fluence Sedan Dynamique 2.0 16V CVT	7	OVS-9223	2.470,53	830,43
88	Renault	Fluence Sedan Dynamique 2.0 16V CVT	7	OVS-9224	2.470,53	830,43
89	Renault	Fluence Sedan Dynamique 2.0 16V CVT	7	OVS-9225	2.470,53	830,43
90	Renault	Fluence Sedan Dynamique 2.0 16V CVT	7	OVS-9226	2.470,53	830,43
91	Renault	Fluence Sedan Dynamique 2.0 16V CVT	7	OVS-9227	2.470,53	830,43
92	Renault	Fluence Sedan Dynamique 2.0 16V CVT	7	OVS-9229	2.470,53	830,43
93	Renault	Fluence Sedan Dynamique 2.0 16V CVT	7	OVS-9230	2.470,53	830,43
94	Renault	Fluence Sedan Dynamique 2.0 16V CVT	7	OVS-9232	2.470,53	830,43
95	Renault	Fluence Sedan Dynamique 2.0 16V CVT	7	OVS-9233	2.470,53	830,43
96	Renault	Fluence Sedan Dynamique 2.0 16V CVT	7	OVS-9234	2.470,53	830,43
97	Renault	Fluence Sedan Dynamique 2.0 16V CVT	7	OVS-9C31	2.470,53	830,43
98	Marcopolo	Volary W9 On	8	JJU-1667	7.366,97	1.237,58
99	Marcopolo	Volary W9 On	8	JJU-1G77	7.366,97	1.237,58
100	Mercedes Benz	Sprinter 415 - 14 M - Ambulância	3	PBS-5288	11.245,36	3.690,78
101	Volvo	B290R 4X2 Urbano	6	JJU-1859	9.278,83	1.596,28
102	Volvo	B290R 4X2 Urbano	6	JJU-1869	9.278,83	1.596,28
103	Volvo	B290R 4X2 Urbano	7	JJU-1879	9.278,83	1.596,28
104	Volvo	B290R 4X2 Urbano	7	JJU-1149	9.278,83	1.596,28
105	Scania	P 310 B8X2 (com baú)	0	ABM-7554	20.035,00	4.674,56

Valor Total Estimado: R\$ 89.768,84 (oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

## ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DE CONTRATO

**PROCESSO n. STJ 43784/2022**

**CONTRATO STJ n. [[nContrato]]**

DADOS SOBRE A EMPRESA CONTRATADA		
CONTRATADA: [[RAZÃOSOCIAL]]		
CNPJ: [[cnpj]]		
ENDEREÇO: [[endereço]]		
CIDADE: [[cidade]]	UF: [[UF]]	CEP: [[cep]]
TELEFONES: [[fone]]		
E-MAIL: [[e-mail]]		
REPRESENTANTE: [[REPRESENTANTE]]		

DADOS SOBRE O CONTRATO
OBJETO: Prestação de seguro total para 105 veículos da frota do STJ.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2022, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, e no Decreto n. 8.538, de 06 de outubro de 2015.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO n. 43/2023
VALOR DO CONTRATO: [[valorcontrato]] ([[valorcontratoextenso]])
UNIDADE FISCALIZADORA: Seção de Atendimento de Veículos Leves.
OBSERVAÇÕES:
Documentos referenciados e seu protocolo SEI: Termo de Referência - versão 8 (protocolo SEI <a href="#">3535237</a> ) e proposta de preços (protocolo SEI xxx)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
----------------------

Nota de Empenho	Data	Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Tipo	Valor (R\$)
[[ne]]	[[datane]]	[[programadetrabalho]]	[[nd]]	[[tipo]]	[[valorne]]

## PROCESSO n. STJ 43784/2022

### CONTRATO STJ n. [[nContrato]]

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. [[nContrato]], QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E [[RAZÃOSOCIAL]]

O Superior Tribunal de Justiça, órgão integrante do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 00.488.478/0001-02, com sede no SAF Sul, Quadra 6, Lote 01, Brasília-DF, neste ato representado(a) pelo(a) por seu Secretário de Administração, nome xxxx, nomeado(a) pela Portaria n. ...., de .... de ..... de 20..., publicada no DOU de .... de ..... de ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [[RAZÃOSOCIAL]], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n. [[cnpj]], sediado(a) na [[endereço]], [[cidade]]/[[UF]], doravante designado CONTRATADA, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme os poderes constantes nos atos constitutivos da empresa **E/OU** procuração apresentada nos autos (A DEPENDER DO CASO CONCRETO), tendo em vista o que consta no Processo STJ/SEI n. STJ 43784/2022 e em observância às disposições da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, **RESOLVEM CELEBRAR** o presente termo de contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO 43/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato a prestação, pela CONTRATADA, de seguro total para 105 veículos da frota do STJ, conforme condições dispostas neste contrato e no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. o Edital de Licitação - Protocolo SEI (xxx);

1.2.2. o Termo de Referência n. 0080/2023 - versão 8 - Protocolo SEI ([3535237](#));

1.2.3. proposta da CONTRATADA - Protocolo SEI (xxx);



1.2.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO**

2.1. A empresa deverá garantir a cobertura securitária para 105 veículos, identificados no Anexo I do Termo de Referência, observando as condições estabelecidas no referido termo, neste Contrato e nas condições gerais expressas na apólice de seguro.

2.2. O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, localizada no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme abaixo:

2.2.1. roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativas de roubo ou furto;

2.2.2. queda de raio e suas consequências;

2.2.3. colisão com veículos, pessoas ou animais, capotamento e abalroamento, ainda que com veículos do próprio STJ;

2.2.4. incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

2.2.5. queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;

2.2.6. acidente durante o transporte do veículo (objeto do socorro) por meio apropriado;

2.2.7. submersão total ou parcial em água, inclusive proveniente de enchentes ou inundações, e ou quando guardado em subsolo;

2.2.8. granizo;

2.2.9. danos causados por queda de árvore;

- 2.2.10. danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;
- 2.2.11. responsabilidade civil facultativa (RCF - danos materiais e pessoais);
- 2.2.12. acidente Pessoal (APP - morte ou invalidez);
- 2.2.13. assistência 24 horas aos veículos segurados;
- 2.2.14. calço hidráulico decorrente de causa coberta pelo contrato de seguro;
- 2.2.15. danos causados aos vidros laterais, para-brisas dianteiro e traseiro, retrovisores, faróis e lanternas;
- 2.2.16. cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos: chaveiro, assistência com socorro mecânico, guincho dentro e fora do Distrito Federal e das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, transporte de passageiros e do condutor a serviço do Tribunal em virtude de imobilização do veículo segurado ou em caso de roubo ou furto do veículo;
  - 2.2.16.1. O serviço de guincho deverá recolher o veículo oficial que tenha sofrido qualquer pane mecânica, elétrica ou decorrente de acidente sofrido em qualquer localidade dentro ou fora do Estado de origem do veículo, conforme especificado no ANEXO I do Termo de Referência, com quilometragem livre, e conduzi-lo a sua destinação original, conforme orientação da unidade gestora do veículo, podendo ser a sede do STJ ou as unidades das Representações do STJ nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a concessionária autorizada pelo fabricante ou a oficina designada.
- 2.2.17. equipamentos descritos na norma NBR 14561 de 2000, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (restrito às Ambulâncias relacionadas no anexo do Termo de Referência).

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

- 4.1. A CONTRATADA colocará à disposição do CONTRATANTE, 24 horas por dia durante 7 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- 4.2. A vistoria destinada à realização do conserto de veículo sinistrado bem como as eventuais vistorias complementares deverão ser concluídas pela CONTRATADA no prazo de seis dias úteis, contado da data do envio do orçamento elaborado pela empresa designada para o conserto.
- 4.2.1. Caso a empresa designada para o conserto do veículo sinistrado, concessionária autorizada pelo fabricante ou a oficina credenciada, não acesse eletronicamente em eventual sistema de vistoria virtual da seguradora, a CONTRATADA deverá realizar a vistoria presencialmente, no prazo estabelecido na [CLÁUSULA QUARTA, ITEM 2](#), contado o prazo a partir da data de comunicação do fato pela empresa ou pelo próprio CONTRATANTE à seguradora.
- 4.3. A apólice de seguro deverá ser emitida e disponibilizada ao CONTRATANTE, em meios eletrônicos, no prazo máximo de quinze dias consecutivos, contados da assinatura do contrato, devendo os cartões do seguro serem enviados ao CONTRATANTE - Seção de Atendimento de Veículos Leves - SATEV (telefone - 61 33197032), no horário das 08h às 19h, em dias úteis, no seguinte endereço: Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Trecho III, CEP 70095-900, Brasília-DF.
- 4.4. As inconformidades observadas na apólice de seguro deverão ser corrigidas pela CONTRATADA, no prazo de quinze dias consecutivos, contados da data de solicitação do CONTRATANTE.
- 4.5. A CONTRATADA deverá indenizar os prejuízos resultantes de riscos cobertos pelas garantias ajustadas para pessoas e veículos, em no máximo trinta dias consecutivos, contados da entrega de toda a documentação exigida pela CONTRATADA.
- 4.6. No caso de interesse pela prorrogação do ajuste, a CONTRATADA deverá se manifestar no prazo de sessenta dias consecutivos antes do término da vigência. Em caso afirmativo, a CONTRATADA deverá encaminhar proposta, observando as condições estabelecidas na [CLÁUSULA DÉCIMA, ITEM 3](#)
- 4.7. O CONTRATANTE responderá o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo especificado na [Instrução Normativa STJ/GDG n. 13/2020](#), a contar da

solicitação.

- 4.8. Só se iniciam e vencem os prazos definidos neste contrato e seus anexos em dias de expediente no CONTRATANTE
- 4.9. Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento, observando o seguinte:
- 4.9.1. os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
- 4.9.2. os prazos expressos em meses serão computados de data a data, exceto se não houver o dia equivalente àquele do início, hipótese na qual se considera como termo o último dia do mês;
- 4.9.3. os prazos expressos em anos serão computados de data a data;
- 4.9.4. nos prazos expressos em dias úteis serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no CONTRATANTE;
- 4.9.5. o prazo será prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente no CONTRATANTE, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

## **CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 5.1. O recebimento provisório realizar-se-á no prazo máximo de um dia útil, contado da entrega da apólice de seguro, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.
- 5.2. O recebimento definitivo realizar-se-á no prazo máximo de quinze dias corridos, contado da data do recebimento provisório ou do atendimento de todas as eventuais solicitações do CONTRATANTE, e será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

- 5.3. Para a realização dos recebimentos provisório e definitivo, serão observados os seguintes procedimentos: verificação, na apólice de seguro, do prazo de vigência do seguro, valores de prêmios e franquias, classe de bônus, placa, tipo do veículo, ano de fabricação e modelo, chassi e valores de coberturas.
- 5.4. A Seção de Atendimento de Veículos Leves reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, a(s) apólice(s) que estiver(em) em desacordo com o contrato, obrigando-se o fornecedor a providenciar, sem ônus adicionais, a complementação ou a substituição das apólices não aceitas, no prazo de quinze dias corridos contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE**

- 6.1. A CONTRATADA declara receber cópia da [Instrução Normativa STJ/GDG n. 15 de 12 de novembro de 2020](#), ter sido informada sobre a política de sustentabilidade do Superior Tribunal de Justiça e compromete-se a cumprir os requisitos legais e os definidos no normativo, observadas as normas federais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, quando aplicáveis ao objeto deste contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

- 7.1. A vigência do presente contrato é de 12 meses, contados a partir da data de assinatura, prorrogáveis sucessivamente por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA.
- 7.2. Por ocasião da prorrogação, serão verificadas todas as condições de habilitação que ensejaram a contratação.
- 7.3. Será consultada a situação da CONTRATADA no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, nos termos do art. 6º, III, da Lei n. 10.522/2002.
- 7.3.1. A CONTRATADA, ainda que inscrita no Cadin, poderá ter o contrato prorrogado na hipótese de ausência de impeditivos à continuidade do contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA FRANQUIA**

- 8.1. A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens seguintes.
- 8.2. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).
- 8.3. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder os limites máximos estabelecidos na proposta da CONTRATADA.
- 8.4. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não poderá exceder o limite de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), não sendo cumulativas com a franquia de que trata a [CLÁUSULA OITAVA, ITEM 1](#)
- 8.5. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo CONTRATANTE prioritariamente à concessionária ou oficina que promover o conserto do veículo.
- 8.6. Caso a empresa que realizou o conserto do veículo não esteja com a documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.
- 8.7. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

## **CLÁUSULA NONA - DAS IMPORTÂNCIAS SEGURADAS**

- 9.1. A importância mínima segurada (expressa em reais) para o casco de cada veículo deverá corresponder a 100% (cem por cento) do valor divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE ou subsidiariamente baseado na tabela MOLICAR, no caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE.
- 9.2. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado com base em 110% (cento e dez por cento) do valor da tabela FIPE.

- 9.3. Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a indenização integral deverá se basear na tabela MOLICAR, vedada a utilização de qualquer outra tabela.
- 9.4. A importância segurada para Responsabilidade Civil Facultativa - RCF (danos materiais), por veículo, será de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- 9.5. A importância segurada para Responsabilidade Civil Facultativa - RCF (danos pessoais), por veículo, será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- 9.6. A importância segurada para Acidente Pessoal de Passageiro - APP (por morte), será de R\$ 100.000,00 (quarenta mil reais) por pessoa;
- 9.7. A importância segurada para Acidente Pessoal de Passageiro - APP (por invalidez) será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por pessoa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA BONIFICAÇÃO**

- 10.1. No caso de prorrogação do ajuste, a CONTRATADA deverá oferecer e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda e da Proposta apresentada pela empresa.
- 10.2. As bonificações atuais estão listadas no Anexo do Termo de Referência.
- 10.3. No caso de prorrogação do contrato, a CONTRATADA deverá considerar uma classe de bônus superior à classe em vigor, observadas as condições gerais do seguro contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ENDOSSO**

- 11.1. Quaisquer alterações na apólice de seguro, como a inclusão, substituição e exclusão de veículos, poderão ser requeridas pelo CONTRATANTE, as quais serão processadas pela CONTRATADA, por meio de endosso.

- 11.2. Poderão ser solicitadas, mediante emissão de endosso, alteração do local de uso e permanência de veículo (cidade e unidade da federação), número de chassi e placa de veículo emitidos erroneamente na apólice de seguro, dentre outras correções, durante o período de vigência da apólice.
- 11.3. Havendo necessidade de inclusão, substituição ou exclusão de veículo da apólice de seguro, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total a ser pago ou o valor a ser restituído ao CONTRATANTE.
- 11.4. No caso de endosso de exclusão, o orçamento de endosso deverá ser enviado ao CONTRATANTE no prazo de trinta dias, contados da data do requerimento enviado à corretora de seguro credenciada.
- 11.5. A devolução de valores relativa ao endosso de exclusão deverá ser realizada mediante pagamento de Guia de Recolhimento à União - GRU, no prazo de trinta dias contados da data do envio da GRU à corretora de seguro credenciada, devendo a CONTRATADA enviar ao CONTRATANTE o comprovante correspondente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PREÇO**

- 12.1. As partes ajustam que os preços dos serviços são os constantes da Proposta apresentada pela CONTRATADA em [[datadaproposta]], conforme documento SEI xxx:

<b>Item</b>	<b>Especificação do Objeto</b>	<b>Marca/ Modelo</b>	<b>Un.</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Preço Unitário (R\$)</b>	<b>Preço Total (R\$)</b>
-						

- 12.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 12.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme a [CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA](#).



## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

13.1.1. Considera-se como data do orçamento estimado a data de apresentação da proposta, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

13.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes tendo como limite a variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2.1. O início da abertura de negociação do reajuste poderá ser realizado tanto pelo CONTRATANTE quanto pela CONTRATADA.

13.2.2. A inércia da CONTRATADA na resposta à negociação implicará na aceitação tácita da variação apurada pelo CONTRATANTE.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, o reajustamento poderá ser calculado pela última variação conhecida (aferição parcial), aplicando-se a diferença correspondente tão logo seja divulgado o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5. Nas aferições finais, o reajuste terá como limite a variação acumulada definitiva do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período.

13.6. O reajuste será calculado a partir da variação apurada pelo fator de correção monetária (FCM), considerando-se as seguintes fórmulas:

13.6.1.  **$Pr = P + (P \times I)$** , onde:  $Pr$  = preço reajustado (após o reajuste);  $P$  = preço atual (antes do reajuste);  $I$  = índice de preços acumulado no período, de forma que  $(P \times I)$  significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

13.6.2.  $I = (FCM - 1)$ , onde:  $I$  = índice de preços acumulado no período;  $FCM$  = fator de correção monetária acumulado no período, calculado, por sua vez, mediante as seguintes fórmulas:

a.  $FCM = (f_1 \times f_2 \times \dots \times f_n)$ , onde:  $f_1$  a  $f_n$  correspondem aos fatores de correção monetária do mês de início da apuração ( $f_1$ ) até o mês final da apuração ( $f_n$ );

b.  $f = (1 + i)^n$ , onde:  $f$  = fator de correção mensal;  $i$  = percentual do índice de correção divulgado para o mês dividido por 100;  $n$  = quantidade de dias, considerando o mês comercial;

c.  $n = (Q_a/Q_t) \times 30$ , onde:  $n$  = quantidade de dias, considerando o mês comercial;  $Q_a$  = quantidade de dias no mês que fazem parte do período de apuração;  $Q_t$  = quantidade total de dias no mês.

13.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.9. O direito de reajuste precluirá após dois anos, contados, para o primeiro reajuste, da data estabelecida no orçamento estimado, e, para os demais, da data dos efeitos do último reajuste concedido, caso a CONTRATADA não o requeira dentro do respectivo período aquisitivo.

13.10. Ainda que no prazo estabelecido na [CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, ITEM 9](#), também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

13.11. O reajuste, se cabível, será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. A CONTRATADA será responsabilizada, nos termos da Lei n. 14.133/2021, pelas seguintes infrações:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao contratante ou ao funcionamento dos serviços públicos, ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações descritas na [CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, ITEM 1](#) as seguintes sanções:

- a. advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, caso não se justifique a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021;
- b. multa moratória, de acordo com a tabela a seguir:

Obrigação	Base de Cálculo	Percentual	Incidência
<a href="#">CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, ITEM 4</a> - Emissão de orçamento de endosso de exclusão	Prêmio de Seguro do veículo	1,0%	Por dia de atraso
<a href="#">CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, ITEM 5</a> - Devolução de valores decorrente da emissão de documento de endosso	Prêmio de Seguro do veículo	1,0%	Por dia de atraso
<a href="#">CLÁUSULA QUARTA, ITEM 1</a> - constatação de indisponibilidade da central de comunicação para aviso de sinistro	Valor do Contrato	1,0 %	Por ocorrência
<a href="#">CLÁUSULA QUARTA, ITEM 2</a> - Aprovação de vistoria para realização de conserto de veículo sinistrado	Prêmio de Seguro do veículo	10%	Por dia de atraso

<a href="#">CLÁUSULA QUARTA, ITEM 3</a> - Disponibilidade da apólice de seguro ao CONTRATANTE	Valor do Contrato	1,0%	Por ocorrência
<a href="#">CLÁUSULA QUARTA, ITEM 4</a> - Correção de inconformidades da apólice de seguro em relação ao Contrato	Valor do Contrato	1,0%	Por ocorrência
<a href="#">CLÁUSULA QUARTA, ITEM 5</a> - Indenização de prejuízos resultantes de riscos coberto pelas garantias ajustadas para pessoas e veículos, constantes nas <a href="#">CLÁUSULA NONA, ITEM 4</a> , <a href="#">CLÁUSULA NONA, ITEM 5</a> , <a href="#">CLÁUSULA NONA, ITEM 6</a> <a href="#">CLÁUSULA NONA, ITEM 7</a> .	Importância segurada	10%	Por ocorrência

- c. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de inexecução parcial do objeto, caso haja interesse da CONTRATANTE na continuidade da execução do contrato;
- d. multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto, caso não haja interesse da CONTRATANTE na continuidade da execução do contrato em razão de descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, o que ensejará a rescisão unilateral do contrato, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).
- e. impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas [b](#), [c](#) e [d](#) da [CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, ITEM 1](#), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- f. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas [e](#), [f](#), [g](#) e [h](#) da [CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, ITEM 1](#), bem como nas alíneas [b](#), [c](#) e [d](#) que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 14.3. Para fins da alínea [a](#) da [CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, ITEM 2](#), considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais, ou formais que não impactem objetivamente a execução do contrato e não causem prejuízos à administração.
- 14.4. Nas hipóteses previstas na alínea [b](#) da [CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, ITEM 2](#), decorrido o lapso de trinta dias, o gestor deverá manifestar o interesse na contratação.
- 14.5. O atraso superior a trinta dias autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
- 14.6. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de quinze dias úteis, contado da data de sua intimação.

- 14.6.1. O CONTRATANTE pode, ad cautelam, efetuar a retenção do valor presumido da multa concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo sancionatório, no qual será assegurado à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 14.6.2. O valor da multa cautelarmente retido será liberado à CONTRATADA no prazo máximo de dez dias úteis, após o provimento do recurso ou da reconsideração da decisão que aplicou a penalidade.
- 14.6.3. O valor da multa aplicada, observada a seguinte ordem, será:
- a. descontado dos pagamentos devidos pela Administração;
  - b. pago por meio de guia de recolhimento da União - GRU;
  - c. descontado do valor da garantia prestada;
  - d. cobrado judicialmente.
- 14.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste contrato.
- 14.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/21.
- 14.9. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 14.10. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.
- 14.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada mediante GRU, descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.11.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de dez dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.11.2. Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo Tribunal decorrentes deste contrato ou de outros firmados com a CONTRATADA, conforme o parágrafo único do art. 161 da Lei n. 14.133/2021, e na forma do art. 8º da Instrução Normativa Seges/ME n. 26/2022.

14.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se a [Instrução Normativa S TJ/GDG n.10 de abril de 2023](#) e o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.12.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

a. a natureza e a gravidade da infração cometida;

b. as peculiaridades do caso concreto;

c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.12.2. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

14.13. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso,

todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.14. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo quinze dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LIQUIDAÇÃO, DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO**

15.1. Para efeitos de liquidação, faturamento e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar documento de cobrança com nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

15.1.1. Os documentos de cobrança deverão ser encaminhados pela CONTRATADA mediante peticionamento eletrônico, conforme [Instrução Normativa STJ/GDG n. 17 de 3 de julho de 2019](#).

15.1.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o gestor do contrato atestar a execução do objeto do contrato.

15.1.3. Havendo controvérsia sobre a execução do objeto, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal relativa à parcela incontroversa, para liquidação e pagamento no prazo previsto nesta cláusula.

15.2. O pagamento será efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo da apólice de seguro.

15.3. Caberá ao servidor do CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do presente contrato, atestar os documentos de cobrança e encaminhá-los à Secretaria de Orçamento e Finanças, para fins de pagamento.

15.4. O pagamento será efetuado somente após a atestação da nota fiscal, que deverá ocorrer no prazo de até cinco dias úteis a contar:

a. da apresentação da nota fiscal, no caso de pagamento parcelado ou em etapas;

b. do recebimento definitivo, nos demais casos.

15.5. Deverão ser observados os seguintes prazos quanto à liquidação, ao faturamento e ao pagamento:

15.5.1. dez dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pelo CONTRATANTE;

15.5.2. dez dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

15.6. Por ocasião do pagamento, a Administração verificará as Certidões Negativas de Débito da Receita Federal, de Regularidade do FGTS e a Negativa Trabalhista e a existência de ocorrências impeditivas diretas no SIAFI, todos estes itens relacionados à manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação.

15.6.1. A eventual perda das condições de que o item acima não enseja, por si, retenção de pagamento pelo CONTRATANTE.

15.6.2. Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, os autos serão restituídos à área gestora que notificará a CONTRATADA para que regularize a sua situação.

15.6.3. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pelo CONTRATANTE, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

15.6.4. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado ao CONTRATANTE Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n. 14.133/2021.

15.7. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos neste contrato.



- 15.8. Não serão aceitos documentos fiscais com signatário distinto do indicado pelo adjudicatário para formalização do contrato, salvo condição previamente reconhecida pelo CONTRATANTE.
- 15.9. Os prazos de que trata a [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 5](#) serão reduzidos à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 15.10. Os prazos de que tratam a [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 5.1](#) e a [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 9](#) poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 15.11. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pelo CONTRATANTE durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata a [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 5.1](#) e a [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 9](#).
- 15.12. O inadimplemento do pagamento na data aprazada, conforme disposto na [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 5](#), desde que motivado pelo CONTRATANTE, acarretará a correção monetária do valor devido, calculada *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento, com base no último percentual divulgado do IPCA.
- 15.13. Em relação aos serviços prestados no mês de dezembro, a CONTRATADA deverá emitir o documento fiscal até o final da primeira quinzena do mês e encaminhá-lo ao gestor do contrato, juntamente com toda a documentação obrigatória, para atesto do período de efetiva prestação de serviços e envio à Secretária de Orçamento e Finanças - SOF para liquidação e pagamento.
- 15.13.1. Excepcionalmente, e desde que o contrato seja continuado, a área gestora poderá justificar a ausência de algum documento e encaminhar a nota fiscal para liquidação e pagamento, após regular autorização, sem prejuízo da posterior apresentação daquele.
- 15.13.2. Em janeiro do ano seguinte, a área gestora deverá atestar o período restante e encaminhar o processo novamente à SOF, para o pagamento complementar, que deverá ser objeto de liberação somente após a apresentação de toda a documentação exigida mensalmente.

- 15.13.3. A emissão de faturamento parcial poderá ser solicitada ou não pelo STJ, a depender das condições para finalizar o processo da despesa (liquidação e pagamento), não havendo obrigação contratual do pagamento parcial em dezembro.
- 15.14. A CONTRATADA poderá solicitar alteração do CNPJ do estabelecimento responsável pela execução do objeto da contratação e da respectiva cobrança de pagamento (matriz ou filial) mediante prévia justificativa documental reconhecida pelo CONTRATANTE.
- 15.14.1. Na hipótese da [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 14](#), os valores ajustados no contrato poderão ser revisados para corrigir eventual repercussão fiscal e tributária que proporcione ganho ou compensação a favor da CONTRATADA.
- 15.15. Ressalvada a exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA terá direito à extinção do contrato na hipótese de atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pelo CONTRATANTE por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.
- 15.16. A unidade de orçamento e finanças para proceder o pagamento deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressamente os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 15.17. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.
- 15.18. Na hipótese da [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 17](#), o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando nenhum ônus para o CONTRATANTE.
- 15.19. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n. 14.133/2021.
- 15.20. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a administração deverá realizar consulta ao SicaF para: verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; identificar possível razão que impeça a participação em

licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

- 15.21. Constatando-se, no SicaF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de cinco dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- 15.22. O prazo da [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 21](#) poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- 15.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para serem acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.24. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 15.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SicaF.
- 15.26. Por ocasião do pagamento, independentemente do percentual de tributo inserido no documento fiscal, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 15.27. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.
- 15.28. Para aplicação da [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 27](#), o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que a CONTRATADA faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

16.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato, em seus anexos, se for o caso, e de outras decorrentes da natureza jurídica do ajuste, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a. assumir, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b. fornecer, a qualquer momento, todas as informações pertinentes ao objeto deste contrato, que o CONTRATANTE julgue necessário conhecer ou analisar;
- c. designar formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, para atuar como seu representante e interlocutor autorizado a receber, encaminhar e responder questões técnicas, legais e administrativas referentes à ata de registro de preços e ao contrato;
  - c.1. a CONTRATADA poderá solicitar a substituição do preposto indicado que não atenda satisfatoriamente às necessidades da execução contratual.
- d. submeter seus empregados, durante a permanência nas dependências do CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído;
- e. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à administração ou terceiros, em virtude de dolo ou culpa de seus empregados, quando estiverem nas dependências do CONTRATANTE, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- f. atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- g. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- h. não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal, ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021;
- i. entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - Sicaf: prova de regularidade relativa à Seguridade Social; certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio, ou sede do contratado, quando for o caso; certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- j. comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- k. paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada conforme a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- l. promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- m. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- n. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- o. treinar o preposto e seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da aplicação da Lei n. 13.709/2018 (LGPD);
- p. devolver o valor pago antecipadamente, corrigido monetariamente pelo índice constante da [CÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA](#), caso o objeto não seja executado no prazo contratual;
- q. acatar todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e orientação, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados pelo CONTRATANTE, permitindo o acesso à documentação pertinente e atendendo às reclamações formuladas;

- r. garantir que a recuperação dos sinistrados poderá, a critério do CONTRATANTE, ocorrer em uma concessionária autorizada pelo fabricante, inclusive para veículos de terceiros envolvidos;
- s. garantir a cobertura prevista do seguro automotivo no caso de atraso ou não fornecimento da apólice;
- t. informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone, para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do objeto do presente contrato;
- u. emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, e contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassis, região);
- v. emitir boleto bancário ou recibo, no valor do total dos prêmios de seguro contratado ou no valor do endosso de inclusão ou de substituição, caso ocorram, os quais deverão ser disponibilizados ao CONTRATANTE, em meios eletrônicos ou entregues na Seção de Protocolo Administrativo do Tribunal, localizada no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 06, lote 01, bloco "B", sala B003, Térreo, Edifício dos Plenários, Brasília - DF;
- w. garantir a seguridade dos veículos, a partir do início da vigência do contrato;
- x. cumprir as normas e regulamentos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para as regras e critérios de funcionamento e de operação dos contratos de seguro de automóveis;
- y. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação que ensejaram a contratação.

16.2. Poderá o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a comprovação das condições referidas na alínea "y" da [CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA, ITEM 1](#).

16.3. Além de exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, previstas neste contrato e seus anexos, e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá o CONTRATANTE:

- a. proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA

às dependências do CONTRATANTE, observadas as normas de segurança institucional do Tribunal;

- b. emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, no prazo de sessenta dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- c. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na [CLÁUSULA QUINTA](#);
- d. notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- e. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADA;
- f. efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor incontroverso correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste contrato;
- g. aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei, no edital de licitação e neste contrato;
- h. cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- i. notificar os emitentes das garantias contratuais, se exigida no edital, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- j. prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para a execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de funcionários da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE.
- k. designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- l. fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas as obrigações contratuais. Os requerimentos deverão ser protocolados ou enviados por correspondência para o Protocolo Geral da Seção de Protocolo Administrativo do Tribunal, localizada no Setor de Administração

Federal Sul, Quadra 06, lote 01, bloco "B", sala B-003, Térreo, Edifício dos Plenários, Brasília - DF;

m. comunicar à CONTRATADA a ocorrência de sinistro;

n. proteger o veículo sinistrado, de modo a evitar o agravamento dos danos.

16.4. O CONTRATANTE franqueará à CONTRATADA acesso às notas de empenho emitidas para atender às despesas deste contrato durante sua vigência.

16.5. Nos procedimentos de comunicação e cobertura de sinistros, os dados pessoais de condutores dos veículos da frota e representantes legais do CONTRATANTE, bem como os dados de terceiros deverão ser resguardados pela CONTRATADA, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS**

17.1. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

17.2. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos previstos na [CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA, ITEM 1](#) não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

18.1. As partes ajustam que o valor do presente contrato fica estipulado (estimado) em [[valorcontrato]] ([[valorcontratoextenso]]).

18.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:



II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

18.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

19.1. As partes envolvidas no presente contrato deverão observar as disposições da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

19.2. O CONTRATANTE figura na qualidade de controlador de dados quando fornecidos à CONTRATADA para tratamento, sendo esta enquadrada como Operadora dos dados. A CONTRATADA será controladora dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.

19.3. O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao mínimo necessário para a execução deste contrato, sendo observados:

19.3.1. a compatibilidade com a finalidade especificada;

19.3.2. o interesse público;

19.3.3. a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.

19.4. O CONTRATANTE tratará dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos representantes, prepostos e colaboradores da CONTRATADA para viabilizar a prestação dos serviços contratados, bem como o acesso às instalações físicas e aos sistemas de

informação essenciais ao desenvolvimento das atividades contratadas, além de cumprir com o dever legal de fiscalização na execução do contrato.

- 19.4.1. Os dados pessoais dos representantes, prepostos e colaboradores da CONTRATADA, obtidos em razão desse contrato, poderão ser divulgados pelo CONTRATANTE com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.
- 19.5. A CONTRATADA está obrigada a guardar sigilo por si, por seus representantes, prepostos e colaboradores, nos termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento ou ter acesso em razão do contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências de eventual tratamento indevido ou uso em desconformidade com o objeto do contrato.
- 19.6. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais do STJ, cujos princípios deverão ser aplicados ao tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis.
- 19.7. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais tratados, causados em decorrência da prestação dos serviços contratados, por inobservância à LGPD.
- 19.8. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que a CONTRATANTE adote, se for o caso, as providências dispostas no art. 48 da LGPD.
- 19.9. Extinto o vínculo contratual ou alcançado o objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da LGPD.
- 19.10. Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à CONTRATADA, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à Fiscalização para que decida previamente sobre a questão

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 20.1. O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses estabelecidas nos arts. 137, 138 e 139 da Lei n. 14.133/2021, o que a CONTRATADA declara conhecer.
- 20.2. Na hipótese de a CONTRATADA dar causa à rescisão, fica esta obrigada a ressarcir o valor proporcional ao período de serviços não prestados ao CONTRATANTE, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 20.3. Quando a não conclusão do objeto decorrer de culpa da CONTRATADA, esta será constituída em mora, com a consequente aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- 20.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, caso o pedido da CONTRATADA tenha sido formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 21.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 21.2. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 21.3. Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE poderá convocar, a critério da equipe de gestão do contrato, o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 21.4. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

21.5. A equipe de gestão do CONTRATANTE será composta por gestor e fiscal designado pelo secretário de Administração do STJ, os quais adotarão as orientações do Manual de Gestão de Contratos do STJ.

21.6. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, para atuar como seu representante e interlocutor autorizado a receber, encaminhar e responder questões técnicas, legais e administrativas referentes à ata de registro de preços e ao contrato.

21.6.1. A CONTRATADA poderá solicitar a substituição do preposto indicado que não atenda satisfatoriamente às necessidades da execução contratual.

21.7. O gestor coordenará a fiscalização do contrato, da avaliação da qualidade e dos resultados obtidos, bem como do registro de informações atualizadas que viabilizem a tomada de decisão relacionada à formalização do contrato, da prorrogação, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, da alteração, do acréscimo, da supressão, do pagamento, da aplicação de sanções, da extinção dos contratos, dentre outros.

21.7.1. Caberá ao gestor, além das demais atribuições estabelecidas no Manual de Gestão de Contratos do STJ:

- a. emitir ordens de serviço/fornecimento, quando for o caso, e solicitar à contratada a correção de pendências constatadas na execução do contrato;
- b. avaliar eventuais atrasos nos prazos de entrega ou ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto contratado e submetê-las à autoridade superior para deliberação;
- c. zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado sob sua supervisão e, sempre que requerido, submeter previamente à deliberação da Secretaria de Administração pedido de modificação/alteração de serviço, projeto, obra/fornecimento e/ou substituição de material/equipamento, que deverá ser encaminhado com a justificativa da contratada, mediante apresentação de documento comprobatório dos fatos alegados, e a manifestação do gestor;
- d. devolver, mediante justificativa e notificação formal, nota fiscal apresentada pela contratada quando for observada irregularidade que inviabilize o ateste e pagamento do serviço/fornecimento prestado;

- e. acompanhar os resultados alcançados em relação à execução da obrigação do contrato para receber e atestar as notas fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento, após conferência completa da documentação exigida no contrato;
- f. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- g. informar à Secretaria de Administração, tempestivamente, o descumprimento contratual por parte da contratada e sugerir a aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e/ou no contrato, conforme orientações contidas na [Instrução Normativa STJ/GDG n. 10/2023](#);
- h. confeccionar e assinar o termo de recebimento definitivo, com base nas informações produzidas no recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo estabelecido no edital e quando não for designada comissão de recebimento, referente às aquisições, obras ou serviços contratados;
- i. elaborar o relatório final para divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

21.8. O fiscal técnico realizará o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato em seus aspectos técnicos, a quem caberá, além das demais atribuições estabelecidas no Manual de Gestão de Contratos do STJ:

- a. verificar se na prestação de serviço, a especificação, o valor unitário ou total, a quantidade e os prazos de entrega estão de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- b. anotar em processo específico, quando autuado para esse fim, todas as ocorrências relativas à execução do contrato, com a indicação do que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- c. monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar eventuais incorreções, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- d. registrar e informar ao gestor as atividades desempenhadas e todas as pendências constatadas na execução do contrato;

- e. confeccionar e assinar o termo de recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico referente às aquisições, obras ou serviços de acordo com as regras contratuais;
- f. analisar os documentos apresentados para pagamento, conferi-los com as condições estabelecidas no contrato e submeter ao gestor para ateste ou notificação da contratada para regularização de impropriedade constatada;
- g. informar ao gestor sobre eventual incapacidade técnica da empresa na execução contratual;
- h. propor ao gestor, na hipótese de descumprimento contratual, a aplicação de sanções à contratada, de acordo com as regras estabelecidas no ato convocatório e/ou contrato, observando os procedimentos estabelecidos na [Instrução Normativa STJ/GDG n. 10/2023](#);
- i. elaborar, quando exigido, relatórios, laudos e pareceres das atividades de fiscalização técnica da execução do contrato;
- j. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES**

- 22.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 22.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de um mês.
- 22.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133/2021.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

23.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no seu Portal de Transparência.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO**

24.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n. 14.133/2021.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

25.1. A presente contratação foi precedida da Licitação n. 43/2023, na modalidade PREGÃO Eletrônico, com fundamento na Lei n. 14.133/2021, na Lei Complementar n. 123/2006, e nos Decretos n. 8.538/2015, na autorização constante do Processo STJ 43784/2022, e nas condições da Proposta apresentada pela CONTRATADA em [[datadaproposta]], razão pela qual integram este ajuste.

25.1.1. A lavratura deste contrato foi autorizada por meio do ato XXXX.

25.2. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

25.3. O titular da Seção de Atendimento de Veículos Leves do CONTRATANTE será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do presente ajuste, procederá ao registro de ocorrências e adotará as providências necessárias ao cumprimento do contrato.

25.4. A CONTRATADA declara que recebeu, está de acordo e aceita como ANEXO(S) e parte integrante e inseparável deste contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos, o(s) link(s)

citado(s) neste contrato, que está(ão) individualmente identificado(s) pelo número atribuído pelo sistema eletrônico do CONTRATANTE (SEI) exclusivamente para esse fim.

25.5. É vedada a cessão não fiduciária dos direitos de créditos decorrentes do contrato administrativo.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado, é lavrado o presente instrumento no Sistema Eletrônico de Informações do Superior Tribunal de Justiça (SEI/STJ), após lido e assinado eletronicamente pelas partes.

ASSINATURA - REPRESENTANTE DO STJ

ASSINATURA - REPRESENTANTE DA EMPRESA



## ANEXO IV DO EDITAL - DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA E DE NEPOTISMO

I - Declaro, para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO n. 43/2023, que (empresa), CNPJ\_\_\_\_\_, não incide no impedimento de contratação previsto no inciso IV do art. 14 da Lei n. 14.133/2021 e nem nas vedações do inciso XI do art. 18 da Lei n. 14.436, de 09 de agosto de 2022 (LDO de 2023).

II - Declaro também que \_\_\_\_\_ (a empresa) não possui, em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros, bem como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e de assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação do órgão celebrante, nos termos da Resolução CNJ n. 7/2005, com a redação que lhe fora conferida pela Resolução CNJ n. 229/2016, nem possui relação de parentesco entre o administrador e sócio com poder de direção da licitante com o detentor de cargo em comissão e função de confiança que atue na área responsável pela demanda e autoridade hierarquicamente superior, conforme previsto no art. 5º do Decreto n. 9.507/2018.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL/REPRESENTANTE DA EMPRESA

Nome legível \_\_\_\_\_



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Cristina de Jesus Teixeira**, Secretário de Administração, em 09/06/2023, às 16:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.stj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3540221** e o código CRC **54D4F768**.

